

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROMOÇÃO DA SAÚDE

JEFERSON DE SOUZA SÁ

A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR E O REFLEXO NO
APRENDIZADO DA CRIANÇA: UM
OLHAR INTEGRADO DO CONTEXTO ESCOLAR

MARINGÁ
2018

JEFERSON DE SOUZA SÁ

**A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR E O REFLEXO NO
APRENDIZADO DA CRIANÇA: UM
OLHAR INTEGRADO DO CONTEXTO ESCOLAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde do Centro Universitário de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Promoção da Saúde.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Andréa Grano Marques

Coorientadora: Dr^a. Leonor Dias Pains

MARINGÁ
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S111v Sá, Jeferson de Souza.
A violência intrafamiliar e o reflexo no aprendizado da criança: um olhar integrado do contexto escolar / Jeferson de Souza Sá. Maringá-PR: UNICESUMAR, 2018.
73 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientadora: Andréa Grano Marques.
Coorientadora: Leonor Dias Paini.
Dissertação (mestrado) – UNICESUMAR - Centro Universitário de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde, 2018.

1. Aprendizagem. 2. Promoção da Saúde. 3. Violência doméstica. I. Título.

CDD – 362

JEFERSON DE SOUZA SÁ

**A Violência Intrafamiliar e o Reflexo no Aprendizado da Criança: Um
Olhar Integrado do Contexto Escolar**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde do Centro Universitário de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Promoção da Saúde pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA

Prof^ª. Dr^ª. Andréa Grano Marques
Centro Universitário de Maringá
(Presidente)

Prof. Dr. Leonardo Pestillo de
Oliveira
Centro Universitário de Maringá

Prof^ª. Dr^ª. Marivania Conceição
Araujo
Universidade Estadual de Maringá

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que contribuíram para sua realização. Por fazer da minha dedicação, uma vitória.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da Vida.

Aos meus pais, Ivan José de Sá e Cicera de Souza Sá, que cheios de amor sempre investiram, acreditaram e me incentivaram a buscar realizar meus sonhos.

Às Instituições educacionais, à Secretaria de Educação e à Rede de Proteção à Violência contra a Criança e o Adolescente, pela oportunidade oferecida e apoio para a realização deste curso.

Ao Centro Universitário de Maringá, por ter-me possibilitado desenvolver este trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos.

À minha Orientadora, Dra. Andréa Grano Marques, por acreditar na minha pesquisa. Difícil colocar em palavras todo o sentimento de amor, agradecimento e apreço que sinto por você. Agradeço pelo exemplo que és como mulher, psicóloga, professora, orientadora, mãe e cuidadora. Passamos durante essa nossa longa caminhada por diversos momentos, alguns muito difíceis, outros como este, de muito prazer, por nos sentirmos plenos, por termos certeza de missão cumprida. Agradeço por estares comigo em todos esses momentos, cuidando e orientando.

À minha Coorientadora Leonor Dias Pains, que mesmo na distância, se disponibilizou e compartilhou seus conhecimentos contribuindo para a realização e aprovação deste estudo.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde/ UniCesumar, pelos valiosos ensinamentos.

Aos colegas do Mestrado em Promoção da Saúde, em especial Mateus Dias Antunes, Viviani Betiati, Kátia Cavalcante e Ederson Mariano, pela amizade, apoio e demonstração de companheirismo.

Às Psicólogas Laíssa Muniz da Silva e Nair Beatris Lopes da Silva, ao Sociólogo Lucas França Garcia e à Historiadora Tânia Maria Gomes da Silva, por se disponibilizarem a compartilhar seus conhecimentos e experiências profissionais, auxiliando na compreensão e na avaliação da demanda deste estudo.

Aos Pedagogos e Professores pela disponibilidade em participar e contribuir para o desenvolvimento desta pesquisa.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram com a realização deste trabalho.

A Violência Intrafamiliar e o Reflexo no Aprendizado da Criança: Um Olhar Integrado do Contexto Escolar

RESUMO

A violência intrafamiliar que acomete crianças e adolescentes tem sido objeto de pesquisa em função do aumento do número de casos nos últimos anos, alcançando proporções epidêmicas. Esse tipo de violência é caracterizado por ação ou omissão que prejudique a integridade física e/ou psicológica, assim como por negligência em relação aos cuidados básicos necessários para o desenvolvimento psicossocial infantil. A escola configura-se como ambiente favorável para a detecção de casos de maus-tratos infantis na medida em que abrange significativo percentual da população infantil. Este estudo objetivou avaliar como a violência intrafamiliar influencia o aprendizado da criança. Esta pesquisa foi de abordagem qualitativa e de caráter descritivo e exploratório, foi feito um estudo com crianças vítimas de violência intrafamiliar por meio da aplicação de entrevistas com pais e professores, a aplicação da técnica de investigação psicológica Procedimentos de Desenhos de Famílias com Estórias (DF-E) e as Provas Operatórias. A violência intrafamiliar interfere diretamente no processo educacional e nas relações estabelecidas no contexto escolar, estimulando a agressividade e outros comportamentos inoportunos nesse meio, podendo significar um verdadeiro reflexo do tratamento recebido no ambiente familiar. Em relação aos prejuízos cognitivos, vítimas de maus-tratos apresentam níveis de inteligência geral inferiores a outros sujeitos. Concluiu-se que compreender as relações familiares e seu reflexo no contexto escolar, permite a concepção e implementação de estratégias que envolvam a educação, a assistência e a promoção da saúde, capazes de transformar esse trágico cenário que vem comprometendo a qualidade de vida, o desenvolvimento psicossocial e cognitivo de crianças vítimas de violência intrafamiliar.

Palavras-chave: Aprendizagem, Promoção da Saúde, Violência Doméstica.

Intrafamily Violence and Reflection in Child Learning: An Integrated Look at School Context

ABSTRACT

Intrafamily violence affecting children and adolescents has been research subject due to the number of cases increase in recent years, which reach epidemic proportions. This type of violence is characterized by an act or omission that damages physical and/or psychological integrity, as well as by negligence in relation to basic care necessary for the psychosocial development of children. School is a favorable environment for cases detection of child maltreatment insofar as it covers a child population significant percentage. This study aimed to evaluate how intra-family violence influences child's learning. This research has a qualitative, descriptive and exploratory approach. A study was carried out with children victims of intrafamily violence through application of interviews with parents and teachers, application of the psychological investigation technique Procedures for Designing Families with Stories (DF-E) and Operational Tests. Domestic violence interferes directly in the educational process and in relations established in the school context, stimulating aggression and other inappropriate behaviors in this environment, which can mean a true reflection of treatment received in family environment. In relation to cognitive prejudices, victims of abuse have lower intelligence levels than other subjects. It was concluded that understanding family relationships and their reflection in school context allows the conception and implementation of strategies that involve education, assistance and health promotion, capable of transforming this tragic scenario that is compromising the quality of life, the psychosocial and cognitive development of child victims of intrafamily violence.

Key words: Learning, Health Promotion, Domestic Violence.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1.	Desenho da Própria Família – C7.....	38
FIGURA 2.	Desenho de uma Família Qualquer – C4.....	39
FIGURA 3.	Desenho de uma Família Qualquer – C1.....	40

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.	Frequência por tipo de violência sofrida por crianças de zero a nove anos no período de 2009 a 2014 no Brasil.....	13
TABELA 2.	Distribuição de frequências e porcentagens dos sinais e sintomas de violência identificados pelos educadores.....	22

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	OBJETIVO GERAL.....	12
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
2.	REVISÃO DA LITERATURA.....	12
2.1	VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR	12
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS DA CRIANÇA.....	16
2.3	PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA.....	17
2.4	ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR E SEU REFLEXO NO CONTEXTO ESCOLAR	20
3.	METODOLOGIA.....	25
4.	ARTIGO	28
5.	CONCLUSÃO.....	49
	REFERÊNCIAS.....	50
	ANEXOS.....	55
	ANEXO A: PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA – CEP.....	
	ANEXO B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	
	ANEXO C: ROTEIRO DA ANAMNESE COM OS PAIS.....	
	ANEXO D: ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS PROFESSORES.....	

1 INTRODUÇÃO

A violência é um fenômeno presente nos diversos âmbitos da vida caracterizando-se como problema de ordem social, política e relacional da humanidade. Para Minayo e Souza (1998) a violência pode estar ligada a fatores de ordem social e familiar. A violência social tem, até certo ponto, caráter revelador de estruturas de dominação (de classes, grupos, indivíduos, etnias, faixas etárias, gênero, nações), e surge como expressão de contradições entre os que querem manter privilégios e os que se rebelam contra a opressão. A violência enquanto processo social não é objeto específico da área da saúde, entretanto os profissionais da saúde cuidam dos agravos físicos e emocionais gerados pelos conflitos sociais, ultrapassando o enfoque biológico e definindo ações de promoção à saúde, em seu conceito ampliado de bem-estar individual e coletivo (MINAYO; SOUZA, 1998).

Os dados disponibilizados pelo documento “Mapa da Violência 2012 – crianças e adolescentes no Brasil” reafirmam a situação preocupante que o país enfrenta quando o assunto é violência contra crianças e adolescentes. De acordo com esse documento, o nosso país ocupa o 4º lugar de um total de 92 países monitorados pela Organização das Nações Unidas – ONU no ranking dos países, com maior número de homicídios contra crianças e adolescentes (WAISELFISZ, 2012). O ambiente familiar é o local onde ocorre o maior número de agressões contra as crianças, sendo a violência intrafamiliar compreendida como toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física e psicológica cometida por pessoas com algum grau parentesco (BRASIL, 2001).

Mais da metade dos atos violentos contra crianças e adolescentes acontecem no próprio lar, e consistem em formas agressivas de a família se relacionar, por meio do uso da violência como solução de conflito e como estratégia de educação (MOURA *et al.*, 2014, p.514).

A violência contra crianças e adolescentes tem gerado danos à saúde física e mental, que podem influenciar nos aspectos cognitivo, emocional, social e comportamental (Nunes e Sales, 2016). Moura *et al.* (2014) afirmaram que a violência em crianças e adolescentes pode desencadear consequências no decorrer da vida, pois os traumas físicos e psíquicos são fatores que prejudicam o desenvolvimento e a integração social dos sujeitos.

Machado e Botolli (2011) descreveram que a violência intrafamiliar repercute no ambiente escolar, onde a criança passa a maior parte do seu tempo e, possivelmente, resultará tanto em dificuldades cognitivas e de aprendizagem quanto no relacionamento da criança com os colegas de sala de aula e professores. Os efeitos da violência doméstica sobre o

comportamento disciplinar e acadêmico de estudantes foram relatados por professores no estudo realizado por Ristum (2010), porém estudos que retratam o reflexo da violência intrafamiliar no aprendizado da criança são escassos na literatura.

1.2 OBJETIVO GERAL

- Avaliar a influência da violência intrafamiliar no aprendizado da criança no contexto escolar.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar no discurso do professor a sua percepção do desenvolvimento psicopedagógico da criança vítima de violência intrafamiliar
- Avaliar o desenvolvimento psicológico e cognitivo da criança vítima de violência intrafamiliar no contexto escolar
- Conhecer a dinâmica das relações familiares de crianças vítimas de violência intrafamiliar

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

A violência intrafamiliar contra a criança vem ganhando espaço nas discussões sobre a saúde, educação e políticas públicas em diversos países (BRINO; SOUZA, 2016). Caracteriza-se como toda ação ou omissão que prejudique a integridade física e/ou psicológica, assim como negligência em relação aos cuidados básicos necessários para o desenvolvimento psicossocial infantil (SANTOS *et al.*, 2015; RIBEIRO *et al.*, 2015). Nessas relações homem/mulher, pais/filhos ou entre diferentes gerações, a figura de autoridade pode desempenhar o seu papel de forma rígida e austera, criando uma dinâmica própria, que difere entre os grupos familiares (BRASIL, 2001).

Segundo o Sistema de Informação de Agravos Notificados, somente no ano de 2013 foram notificados 35419 mil casos de violência contra a criança no Brasil (BRASIL, 2017). Para Santos *et al.* (2015), a violência intrafamiliar configura-se como um grande desafio para gestores e profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS), pelas variadas formas de violência interpessoal como a física, a sexual, a psicológica, a negligência e o abandono.

TABELA 1. Frequência por tipo de violência sofrida por crianças de zero a nove anos no período de 2009 a 2014 no Brasil.

Tipos de Violência	Ano						TOTAL
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
Física	2484	3947	5502	8795	8454	7092	36274
Sexual	2541	4109	5048	7027	7651	5630	32006
Psicológica	1612	2491	3476	4650	4982	3677	20888
Negligência	2632	4540	7086	11672	14332	11452	51714
Total	9269	15087	21112	32114	35419	27851	140852

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde. Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net (2017).

A Tabela 1 demonstra que a violência por negligência apresentou o maior número de notificações, a mesma implica o não atendimento das necessidades físicas e cognitivas básicas pelos adultos com os quais a criança convive. Define-se pela incapacidade dos pais de suprir as necessidades de segurança, afeto, educação, alimentação e higiene e caracteriza-se como abandono em lugares desconhecidos, danos à integridade corporal decorrentes de negligência, omissão de cuidados e de proteção contra agravos evitáveis como situações de perigo, doenças, gravidez, alimentação, higiene, entre outros (MACHADO *et al.*, 2014).

Em segundo lugar, está a violência física, por ser de mais fácil detecção, pois é manifestada por diversas formas como tapas, empurrões, chutes, queimaduras, estrangulamento, lesões por armas ou objetos, deixando marcas passíveis de serem identificadas. A violência física ocorre quando uma pessoa que exerce poder sobre outra causa ou tenta causar dano não acidental, por meio do uso da força física ou de algum tipo de arma, provocando lesões externas, internas ou ambas. As consequências desse tipo de violência podem ser tanto físicas quanto psicológicas (LIMA, 2013). Segundo concepções mais recentes, o castigo repetido também deve ser considerado como violência física (MACHADO *et al.*, 2014).

De acordo com os dados apresentados na Tabela 1, a violência sexual ocupa o terceiro lugar em notificação. A violência sexual é toda ação na qual uma pessoa, por meio de força física, coerção ou intimidação psicológica, obriga outra a realizar ato sexual ou interações sexuais contra a sua vontade, propiciando vitimização e gratificação ao agressor (DESLANDES *et al.*, 2016). O abuso sexual na infância ou na adolescência caracteriza-se como a participação de criança ou de adolescente em atividades sexuais que são inapropriadas à idade e ao desenvolvimento psicosssexual. A vítima é forçada fisicamente, coagida ou seduzida a participar da relação sem ter necessariamente a capacidade emocional ou cognitiva para consentir ou julgar o que está acontecendo. A interação pode envolver toques, carícias, sexo oral ou relações com penetração, genital ou anal, além de outras sem contato físico,

como voyeurismo, assédio, exibicionismo, pornografia e exploração sexual (GOLDMAN; GRINBEEK, 2014).

A violência sexual pode estar associada às experiências do agressor, normalmente da experiência de abuso sexual vivenciados na infância e, principalmente, no ambiente familiar. Na maioria dos casos de abuso sexual infantil os conflitos não elaborados ou resolvidos adequadamente, podem fazer que o sujeito recapitule o drama vivido, tornando-se futuramente um agressor ou abusador infantil (PINTO JUNIOR *et al.*, 2015).

A violência psicológica, quarto tipo de violência notificada conforme Tabela 1, afeta o desenvolvimento psicológico, emocional, social e cognitivo da vítima. Pode ser compreendida como toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano tanto para a autoestima quanto para a identidade da criança. Esse tipo de violência apresenta atos verbais como insultos, gritos, palavras de desprezo e de críticas. Em crianças, pode ocorrer quando os pais ou responsáveis constantemente depreciam a criança, bloqueiam seus esforços de autoaceitação e de realização, causando-lhes sofrimento psicológico (MACHADO *et al.*, 2014). O sofrimento psíquico ocasionado por esse tipo de maus-tratos pode acompanhar a vítima durante toda a sua vida, gerando profundos sentimentos de insegurança, sensação de abandono e de solidão, comprometendo a aprendizagem e o estabelecimento de novos vínculos afetivos (LIMA, 2013).

A Lei nº 8.069/1990, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 5º, trata da proteção de crianças e adolescentes contra a negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade, opressão e todos os atentados, por ação ou omissão em relação aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990).

Embora reconhecida como o tipo mais comum de maus-tratos cometidos contra a criança caracteriza-se como um tipo de violência de difícil detecção, por não inspirar o mesmo grau de indignação dos demais tipos e por não deixar marcas expressivas. O ambiente domiciliar é o local onde ocorrem os eventos violentos, sendo favorável para a ocorrência de agressões e abusos contra a criança (NUNES; SALES, 2016).

Para Nunes e Sales (2016), nenhum tipo de violência cometida contra a criança justifica-se, pois as condições peculiares do desenvolvimento nessa faixa etária e a extrema dependência dos pais e dos familiares torna a criança vulnerável. Portanto, a violência intrafamiliar configura-se como um desafio para gestores e profissionais do ambiente escolar, pelas variadas formas de violência interpessoal: a física, sexual, psicológica, negligência e abandono (SANTOS *et al.*, 2015).

Alguns fatores estão relacionados à ocorrência de maus-tratos na infância, estando associado a condições socioeconômicas, escolaridade, estrutura das relações familiares entre outras, como relataram Zambon *et al.* (2012, p.466):

condições sociais desfavoráveis (pobreza, promiscuidade, rede de apoio médico e social deficitária, desemprego, condições ruins de moradia), famílias com privação econômica, relações familiares desarmônicas, pais separados, baixo nível de escolaridade dos pais, famílias nas quais os pais abusadores ou negligentes foram abusados ou negligenciados na infância, pais (ou responsáveis) usuários de substâncias psicoativas, ou portadores de outros transtornos psiquiátricos (transtornos da personalidade, depressão, psicose etc.), além dos chamados fatores de vulnerabilidade infantis, como o fato de a criança ser recém-nascida prematura, ter retardo mental, ser do gênero masculino, ser adotada, ou estar vivendo em abrigo ou sistema de detenção compulsória.

O ambiente familiar é o primeiro aprendizado social em que a criança estabelece suas relações primordiais, em função disso, em outros ambientes sociais a criança acaba projetando o que vivencia em casa, através das conversas informais, comportamentos, em desenhos e atividades escolares (SILVA *et al.*, 2014).

quando o ambiente familiar é marcado pela violência, onde os pais são agressivos entre si, ou mesmo com os filhos, há a predisposição para transformar a violência em algo natural, em que o apanhar passa a não simbolizar desamor, mas, sim, uma forma natural de agir, um processo de aprendizagem desenvolvido na infância (COSTA; TEIXEIRA, 2017, p.31).

Pinto e Assis (2013) afirmaram que a violência familiar pode promover agravos não somente à saúde física da criança, mas também ao seu desenvolvimento psicológico comprometendo as relações sociais e o desempenho escolar. O impacto vai além dos problemas comportamentais e emocionais, afetando a forma como a criança se vê e como percebe o mundo, gerando efeitos que muitas vezes só irão surgir na adolescência ou na idade adulta.

Os sinais mais comuns, que a criança vítima de violência pode apresentar, além daqueles resultantes da violência física, estão relacionados com distúrbios de humor, ansiedade, distúrbios neurológicos, depressão, dificuldades escolares, além da probabilidade do sujeito de repetir a violência sofrida em outros ambientes sociais (PINTO JUNIOR *et al.*, 2015).

Diante desse cenário, profissionais da saúde e da educação, principalmente, precisam estar atentos para identificar os sinais de violência sofrida pela criança. O Estatuto da Criança

e do Adolescente tem como enfoque os direitos e as obrigações de todos com o cuidado e com a proteção de crianças e adolescentes (BRASIL, 1990; BRINO; SOUZA, 2016; GARBIN *et al.*, 2016). A Lei nº 8.069/1990 tornou o envolvimento com a proteção infantil obrigatório aos profissionais da educação e da saúde, estabelecendo o dispositivo da notificação compulsória dos casos suspeitos ou confirmados com os quais tenham contato no âmbito de seu trabalho (Art. 13 e 245), prevendo, penalidades para médicos, professores e responsáveis por estabelecimentos de saúde e educação que deixem de comunicar os casos suspeitos ou confirmados (BRASIL, 1990; SILVA *et al.*, 2015).

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DA CRIANÇA

No contexto brasileiro, desde a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, as diretrizes para todos os cidadãos (sociedade em geral) são no sentido de que haja implicação com a proteção da infância/adolescência, colocando-a “a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Art. 227) o que, em um primeiro momento, significa identificar e tornar conhecidos os casos de violação de seus direitos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei nº 8.069, 1990), tornou o envolvimento com a proteção infantil obrigatório aos profissionais da educação e da saúde, estabelecendo o dispositivo da notificação compulsória dos casos suspeitos ou confirmados com os quais tenham contato no âmbito de seu trabalho (Art. 13 e 245). A Lei nº 10.498 (2000), promulgada no Estado de São Paulo endossando esse conteúdo, disponibilizou um modelo de ficha de notificação, bastante simples, para instrumentar a ação compulsória (BAZON, FALEIROS, 2013). O Ministério da Saúde em 2015 criou a Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Criança por meio da portaria 1.130 cujo objetivo é alinhar programas e recursos para consolidar e ampliar conquistas como a redução da mortalidade infantil e materna e a queda da desnutrição.

Para Nunes e Sales (2016) mais do que qualquer outro tipo de violência, aquela cometida contra a criança não se justifica, pois as condições peculiares de desenvolvimento desses cidadãos os colocam em extrema dependência de pais, familiares, cuidadores, bem como do poder público.

O ECA abarca em seu conteúdo a Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, que passou a orientar as políticas públicas na implantação e estruturação de uma rede de proteção à infância e à adolescência. Essa rede objetiva o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes em situações de abandono e violência e o método de

trabalho permite a troca de informações e a articulação institucional, assim como a formulação de políticas públicas para a implementação de projetos comuns, que contribuam com a integralidade da atenção, defesa, proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes e de família em situação de violência. As redes de atenção são constituídas por três elementos principais, a população, a estrutura operacional e o modelo de atenção à saúde, no entanto, a principal razão para sua existência é a população (SILVEIRA; PEREIRA, 2017).

2.3 PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

O desenvolvimento de cada indivíduo está intimamente condicionado às interações com seus pais. É condição vital que o bebê tenha um pai e uma mãe ou outra pessoa que os substitua, caso contrário, não sobreviverá. As relações entre o bebê e seus pais são pautadas em um grande número de sistemas reguladores que atuam em diferentes níveis de organização. Ressaltam-se aqui os três sistemas reguladores mais importantes do desenvolvimento: o biológico, o social e o afetivo (ZAVASCHI, COSTA, BRUNSTEIN, 2012).

As interações com o biológico são preponderantes durante a embriogênese, quando mudanças no estado do fenótipo do organismo funcionam como gatilhos para o genótipo, desencadeando novas séries de fenômenos bioquímicos. Essas experiências são reguladas pelo ligar e desligar de várias atividades genéticas dirigidas à construção de um bebê humano viável. Esse processo continua depois do nascimento, e as interações com o sistema social dominam a maior parte do período que vai da infância até a idade adulta (ZAVASCHI, COSTA, BRUNSTEIN, 2012).

Para Winnicott (2012), o cuidado materno adequado promove um ambiente acolhedor para o bebê no sentido de reconhecer a sua existência, promovendo o seu bem-estar físico e psicológico e o seu desenvolvimento. Dessa maneira, o bebê possui um sentido e adaptação de ser e existir, inicialmente existindo apenas na relação com a mãe. Parte-se do princípio de que a criança passa por um processo de desenvolvimento, partindo da dependência rumo à independência, da não integração à integração do seu ser.

A teoria Winnicottiana defende três estágios de desenvolvimento que o bebê segue: a dependência absoluta, a dependência relativa e a independência relativa. Em cada um desses estágios naturais do desenvolvimento emocional do bebê o que se espera é que as necessidades fundamentais do bebê sejam atendidas de forma satisfatória, como alimentação, higiene e conforto. Isso permite ao bebê estabelecer os limites do interno e do externo, que

posteriormente irão caracterizá-lo enquanto ser e o que é o outro enquanto alguém diferente dele próprio. Falhas no cuidado com o bebê nesses três estágios iniciais podem caracterizar predisposições para transtornos psíquicos dos mais diversos, incluindo a psicose, esquizofrenia, depressão, tendências antissociais, dentre outros (WINNICOTT, 2012; REGIS, KAKEHASHI, PINHEIRO, 2005).

Além do desenvolvimento das emoções, o processo do desenvolvimento infantil também ocorre por meio do desenvolvimento cognitivo da criança. É através do brincar, dos erros e acertos e da interação com o ambiente que a criança desenvolverá o aprendizado, o mesmo pode ser compreendido a partir da teoria da Psicogenética desenvolvida por Piaget.

Jean Piaget desenvolveu a teoria conhecida como “Epistemologia Genética”, que tem como fontes, de um lado o conhecimento científico (epistemologia), e de outro, a gênese, ou seja, a origem desse conhecimento (genética). Assim, sua teoria tem como foco o sujeito epistêmico, o indivíduo em seu processo de construção de conhecimento. Em sua teoria abordou o processo de construção do conhecimento pelo sujeito, do nascimento até a idade adulta, mas seu enfoque principal foi o desenvolvimento infantil (PIAGET, 1975).

Para Piaget (1975), o desenvolvimento cognitivo pode ser compreendido como um processo de equilibrações sucessivas, estruturado em etapas ou fases. Cada etapa define um momento de desenvolvimento ao longo do qual a criança constrói certas estruturas cognitivas. O autor denomina essas etapas do desenvolvimento da inteligência infantil da seguinte maneira: sensório-motor, pré-operatório, operatório concreto e operatório formal. Cada um desses quatro períodos é marcado por avanços intelectuais que marcaram a vida da criança ao longo do processo de desenvolvimento da infância até a juventude.

De forma sucinta, o primeiro estágio denominado de sensório-motor, período que vai de 0 a 2 anos de idade. Nesse primeiro estágio, os bebês começam o seu aprendizado através da construção de esquemas de ações em que tentam compreender mentalmente o meio em seu redor. O segundo estágio é denominado de Período Pré-Operatório e vai de 2 a 7 anos. Este, está dividido em dois períodos, o da Inteligência Simbólica (dos 2 aos 4 anos) e o período Intuitivo (dos 4 aos 7 anos). Embora a criança não consiga fazer operações, já se utiliza da inteligência e do pensamento. Esse período é organizado pelo processo de assimilação, acomodação e adaptação, que estando em equilíbrio indica que houve uma aprendizagem. O terceiro estágio é o das operações concretas (7 – 11 anos), a criança nessa faixa etária organiza o mundo de maneira lógica e operatória. É capaz de estabelecer compromissos, compreender as regras podendo ser fiel a elas. O quarto estágio é das operações formais (11 – 15 anos), é o período formal das estruturas cognitivas quando a criança tende a alcançar seu

nível mais elevado de desenvolvimento, e fica apta a aplicar o raciocínio lógico a todas as classes de problemas (PIAGET, 1978).

O processo de desenvolvimento afetivo e cognitivo da criança possibilita melhor interação dela com o ambiente. A relação de transferência a partir da afetividade possibilita melhor relação entre um sujeito, o outro e o ambiente, garantindo um aprendizado formado pelas relações e seus afetos.

Henri Wallon (1989) desenvolveu uma teoria que caracteriza o processo de desenvolvimento humano centrado no processo de relação entre quatro grandes núcleos funcionais determinantes: a afetividade, a cognição, o movimento e a pessoa. Para o autor, o processo de desenvolvimento, que ocorre através da contínua interação entre esses núcleos, só pode ser explicado pela relação dialética entre os processos biológicos/ orgânicos e o ambiente social, ou seja, o biológico e o social são indissociáveis, estando dialeticamente sempre relacionados.

Para Wallon (1989), a afetividade envolve um maior universo de manifestações, englobando as emoções (de origem biológica) e os sentimentos (de origem psicológica). É um conceito que além de envolver um componente orgânico, corporal, motor e plástico, que é a emoção, apresenta também um componente cognitivo, representacional, que são os sentimentos, e a paixão. Diante disso, a emoção e a cognição coexistem no indivíduo em todos os momentos, embora nas diversas etapas do desenvolvimento possa haver um predomínio alternado entre as duas funções. A inteligência não se desenvolve sem afetividade, e vice-versa, pois ambas compõem uma unidade a outra.

A partir das contribuições de vários teóricos interacionistas que se debruçam sobre os processos de ensino, aprendizagem e desenvolvimento humano, como Winnicott, Piaget e Wallon, é possível construir uma compreensão psicopedagógica consistente e abrangente. Cada um desses autores oferece bases para a reflexão sobre diferentes aspectos inerentes à integração entre as habilidades cognitivas e socioemocionais. A psicanálise de Donald Winnicott contribui para o entendimento do papel das figuras parentais na constituição emocional dos sujeitos e as referências teóricas de Jean Piaget colaboram para pensar sobre o desenvolvimento cognitivo. Enquanto as contribuições de Henri Wallon dão subsídios para pensar o desenvolvimento do ser humano nas instâncias biológica, psíquica e social, uma vez que o autor propõe um modelo de desenvolvimento que integra as dimensões do ato motor, da afetividade e da inteligência humana (ABED, 2014).

2.4 ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR E SUAS REPERCURSSÕES NO AMBIENTE ESCOLAR

A compreensão da violência intrafamiliar configura-se como um desafio para os gestores e para os profissionais que atuam no campo da educação, pois é preciso considerar as várias formas de violência a que crianças ou adolescentes podem estar submetidos, como a violência física, a sexual e a psicológica que inclui negligência e abandono (SANTOS *et al.*, 2015).

A escola é uma instituição de extrema importância para a criança, tanto pelo papel de ensinar quanto pelo potencial para a construção de estratégias de enfrentamento da violência (CARLOS *et al.*, 2014), pois a escola configura-se como ambiente favorável para a detecção de casos de maus-tratos infantis na medida que abrange significativo percentual da população infantil. Nesse ambiente, as crianças passam muitas horas por dia convivendo com professores e outros profissionais, o que facilita a apreensão de indicadores de violência contra a criança, incluindo os de negligência, que servem de alerta à identificação de casos de maus-tratos infantil (PASIAN *et al.*, 2015).

Segundo Costa *et al.* (2013), o ambiente familiar influencia o comportamento que a criança expressa no ambiente escolar. Freitas *et al.* (2015) afirmaram que as crianças e os adolescentes que testemunham a violência ou que são agredidos por seus familiares tendem a apresentar comportamentos agressivos e antissociais fora de casa, principalmente na escola. “Os padrões aprendidos pelos filhos tendem a se repetir, uma vez que a violência passa a ser a principal forma de mediar as relações sociais entre os membros dessas famílias” (COSTA; TEIXEIRA, 2017, p.27).

Contrariando as expectativas sociais em relação ao papel de proteção que o núcleo familiar deveria desempenhar, muitas famílias apresentam-se como cenários de violência para inúmeras crianças e adolescentes. São consideradas vítimas tanto sujeitos que sofrem o abuso, quanto crianças e adolescentes que testemunham situações de abuso, principalmente de um progenitor ao outro. Preto e Moreira (2012) investigaram o aprendizado de crianças e relataram que os filhos de mulheres vítimas de violência doméstica obtiveram rendimento escolar inferior ao dos filhos de mulheres não vítimas, confirmando que a violência intrafamiliar é um fator gerador de déficit no desenvolvimento da criança.

É notório que crianças vitimizadas apresentam dificuldade de atenção e aprendizagem, assim como problemas de comportamento (RIBEIRO *et al.*, 2015). Wang *et al.* (2016) analisaram 1.284 crianças de três a seis anos na área urbana de Lanzhou, China, e afirmaram

que crianças vítimas de algum tipo de violência apresentaram maior taxa de problemas comportamentais quando comparadas àquelas que não foram expostas a atos violentos. Dessa forma, os problemas comportamentais em crianças pré-escolares foram correlacionados à violência intrafamiliar.

Os efeitos da violência doméstica sobre o comportamento disciplinar e sobre o desempenho acadêmico de alunos vítimas de violência intrafamiliar foram relatados por professores na investigação realizada por Ristum (2014). Quanto ao aspecto disciplinar, o autor relatou comportamentos agressivos, desobediência, dificuldade de relacionamento, tendência ao isolamento ou agitação, quanto ao aspecto acadêmico, por sua vez, foi descrito que a maioria possui baixo rendimento escolar, dificuldade de aprendizagem, desinteresse e desatenção. Outros comportamentos que podem indicar violência no âmbito familiar foram citados como distanciamento dos colegas, não conversar e não brincar, timidez, introversão, retraimento e distanciamento do convívio.

Outro aspecto que deve ser considerado no contexto escolar é que a agressividade de crianças vítimas de maus-tratos familiar causa rejeição por parte dos colegas e dos professores, aumentando o descontrole emocional e afetando os processos de aprendizagem (ALMEIDA *et al.*, 2013). A pesquisa feita por Silva (2014) investigou os efeitos da violência intrafamiliar sobre as relações interpessoais em sala de aula, indicando que a violência em sala de aula é reflexo da violência intrafamiliar. As famílias, por sua vez, responsabilizam a escola pelos atos de violência cometidos por seus filhos, entretanto os alunos que apresentam comportamento agressivo na escola relataram que sofrem violência física e/ou psicológica em casa por seus pais ou parentes, o que os deixam revoltados e estimulados a praticar atos desagradáveis no ambiente escolar. Portanto, o comportamento agressivo de pais ou responsáveis interfere diretamente no processo educacional dos filhos, sendo projetado em sala de aula, estimulando a agressividade da criança tornando-a impaciente e revoltada (SILVA, 2014).

A violência familiar pode ser detectada em escolas a partir de alguns indicadores: ausência frequente do aluno, baixo rendimento, falta de atenção e de concentração e comportamentos como apatia, passividade, agressividade e choro (LIMA, 2013). As crianças, de forma inconsciente tendem a dar sinais de que estão vivenciando algum tipo de violência em seu meio familiar. Ristum (2014) investigou como os professores identificam a violência intrafamiliar e relatou que as crianças possuem diversas formas de demonstrar que são vítimas ou que presenciam a violência familiar, desde marcas ou ferimentos no corpo a

comportamentos agressivos ou isolamento e retraimento, até sinais mais sutis como a projeção dos conflitos familiares nos desenhos e no brincar.

O estudo realizado por Garbin *et al.* (2016) com 91 professores de 13 Escolas Municipais de Ensino Básico identificou 272 casos de violência infantil (de um total de 879 crianças) no ano letivo de 2015. Sendo a negligência (92,6%) a principal forma de violência encontrada, seguida da violência física (3,7%), violência sexual (2,6%) e violência psicológica (1,1%). Do total de agressões, 51,1% foram identificadas em crianças do sexo masculino e 48,9% em crianças do sexo feminino. Os sinais de negligência descritos no estudo de Garbin *et al.* (2016) são apresentados na Tabela 2.

TABELA 2. Distribuição de frequências e porcentagens dos sinais e sintomas de violência identificados pelos educadores.

SINAIS E SINTOMAS DE VIOLÊNCIA	Frequência	Porcentagem(%)
Negligência	(N=252)	
Presença de piolho	96	35,3%
Agressividade	43	15,8%
Roupa inadequada	42	15,4%
Cárie	30	11%
Isolamento	16	5,9%
Doença sem busca por tratamento	12	4,4%
Falta de higiene pessoal	5	1,8%
Hiperatividade	3	1,1%
Dificuldade de aprendizagem	3	1,1%
Carência afetiva	2	0,7%
Violência física	(N=10)	
Marcas de agressão física	10	3,8%
Violência sexual	(N=7)	
Comportamento sexualizado	7	2,6%
Violência psicológica	(N=3)	
Agressão verbal	3	1,1%

Fonte: Garbin *et al.* (2016)

A Tabela 2 aponta os sinais e os sintomas da violência infantil mais frequentemente identificados pelos educadores no estudo de Garbin *et al.* (2016). Os dados permitem observar que os aspectos negligenciados comprometem a saúde física e mental. Investigação realizada por Pinto Junior *et al.*, (2015) também descreveu a prevalência de omissões familiares nos cuidados com a saúde e a educação de crianças, além do abandono. O abandono parcial está relacionado à privação de afeto que resulta em carência afetiva e também ao atendimento das necessidades básicas da criança.

Segundo Jackson *et al.* (2015) as consequências de maus-tratos infantil podem ser consideradas um grave problema para o indivíduo, a família e a sociedade. O abuso infantil e

a negligência podem causar mudanças hereditárias permanentes na resposta do organismo ao estresse, que por sua vez inflige mudanças profundas no cérebro em desenvolvimento. Embora essas mudanças permitam que uma criança consiga conviver em um ambiente negligente, caótico e até mesmo violento, isso pode influenciar fortemente o funcionamento comportamental, cognitivo, físico e mental, assim como o seu bem-estar ao longo da vida.

Os maus-tratos infantis podem gerar diversos resultados negativos para o desenvolvimento da criança no contexto escolar, como: evasão escolar, problemas de comportamento na escola, menor desempenho escolar, dificuldades em estabelecer amizades, problemas de aprendizagem em decorrência de fatores emocionais, transferência da agressividade vivenciada em casa para o ambiente escolar, dentre outros aspectos (PATIAS *et al.*, 2014). O baixo rendimento escolar deve ser atribuído não só às características individuais da criança, mas também ao seu contexto familiar, escolar e social no qual a criança está inserida (LIMA, 2013).

Os problemas relacionados às questões pedagógicas da criança vítima de maus-tratos estão relacionados às seguintes dificuldades: expressão oral, emitir as próprias opiniões de forma verbal ou escrita, resolução de problemas, raciocínio lógico matemático, interpretação de textos com conceitos subjetivos, produção de textos organizados com uma sequência de fatos e coerência (LIMA, 2013).

Gava *et al.* (2013) e Moura *et al.* (2014) afirmaram em suas pesquisas que as possíveis alterações advindas da violência intrafamiliar estão relacionadas com a ansiedade, sintomas depressivos, culpa, vergonha, ódio, medo, raiva, ideação e comportamentos suicidas, baixa autoestima, comportamento agressivo e regressivo, isolamento social, comportamento sexual inadequado à faixa etária, furtos, fugas do lar, prejuízo no desempenho escolar, alterações do apetite, dentre outros.

Uma pesquisa realizada por Bruce *et al.* (2013) evidenciou a associação entre maus-tratos e a presença de sintomatologia ansiosa. Crianças que sofreram violência apresentam uma maior vulnerabilidade a diversos transtornos de ansiedade ao longo da vida, incluindo agorafobia, transtorno do pânico, fobias específicas e fobia social. O tipo de abuso ou de negligência sofrido também impacta no tratamento ao transtorno de ansiedade, sendo que crianças que sofreram abuso sexual ou emocional apresentam maior sintomatologia de ansiedade social e dificuldades em aderir a um tratamento adequado.

A meta-análise realizada por Nanni *et al.* (2012) encontrou associação significativa entre maus-tratos na infância e risco elevado para episódios depressivos recorrentes ao longo da vida. O estudo demonstrou, ainda, que pessoas que sofreram maus-tratos na infância

apresentaram pior prognóstico no tratamento para depressão, apresentando falta de resposta à terapia. Isso indica que os maus-tratos na infância podem gerar tanto uma maior vulnerabilidade à depressão quanto uma menor capacidade do paciente de estabelecer vínculo terapêutico e ter resultados positivos ao longo do processo terapêutico, gerando efeitos de longo prazo bastante deletérios para o indivíduo.

Os alunos que presenciam ou sofrem violência no ambiente familiar podem apresentar interferência em seu desenvolvimento emocional e comportamental, o que influencia na aprendizagem. Nesse contexto, é de suma importância retratar que a timidez e a apatia também foram citadas por professores como indicativos de que a criança está tendo algum tipo de problema familiar (RISTUM, 2014).

Bazon e Faleiros (2013) consideraram que os educadores/professores estão bem posicionados para a identificação de uma ampla gama de casos de maus-tratos, devido ao fato de conviverem diariamente e entrarem em contato com um grande número de crianças, em diferentes atividades. Os educadores são capazes de observar mudanças de comportamentos e sinais físicos que funcionam como indicadores dos maus-tratos e, muitas vezes, também obtêm relatos infantis explícitos. Por essas razões, em muitos países, os profissionais da educação passaram a ser concebidos como atores fundamentais no sistema de proteção infantil.

Em relação aos prejuízos cognitivos, vítimas de maus-tratos apresentam níveis de inteligência geral inferiores a outros sujeitos. Prejuízos intelectuais em vítimas de maus-tratos trazem sérias consequências, tendo em vista que há evidência de que a questão cognitiva é o principal preditor do rendimento acadêmico e laboral ao longo da vida. O prejuízo na inteligência representa menor capacidade de lidar com eventos traumáticos, pois crianças com menor capacidade intelectual apresentam dificuldades de socialização, tais como habilidade em pedir ajuda ou solicitar atenção positiva de forma adequada (DAVIS *et al.*, 2015).

Diante dessa problemática, os profissionais da área educacional podem contribuir de forma efetiva para a intervenção em casos de maus-tratos infantis, fazendo as notificações e estando cientes da obrigatoriedade desse ato para que possam ser tomadas as medidas necessárias considerando as especificidades de cada caso. No entanto, é necessário que esses profissionais recebam treinamento adequado para identificar e notificar a violência contra a criança (PASIAN *et al.*, 2015).

Lolli *et al.* (2012) afirmaram que pesquisas em diversos países têm pontuado a necessidade de educação continuada para profissionais da área de assistência à saúde, educação e social, relacionada ao reconhecimento e relato de sinais e sintomas de violência

infantil. Os educadores ainda mantêm uma posição de desinformação, indiferença, negação e temor em relação ao problema da violência contra a criança.

A violência intrafamiliar interfere diretamente no processo educacional e nas relações estabelecidas no contexto escolar, estimulando a agressividade e outros comportamentos inoportunos nesse meio, podendo significar um verdadeiro reflexo do tratamento recebido no ambiente familiar. Os profissionais da área de educação devem estar atentos, sensibilizados e capacitados para identificar e atuar ao menor sinal dado pelas crianças (RISTUM, 2014).

3 METODOLOGIA

Este trabalho é composto por uma pesquisa exploratória descritiva, com abordagem qualitativa, realizado no município de Maringá – PR. A pesquisa foi realizada em duas escolas de uma cidade localizada no noroeste do Paraná. As referidas escolas integram a Rede de Proteção à Violência contra a Criança e o Adolescente. Essa rede tem como objetivo o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes em situação de abandono e violência. O método de trabalho dessa Rede permite a troca de informações e a articulação institucional e intersetorial, assim como a elaboração de políticas públicas para a implementação de projetos comuns, que contribuam para a integralidade da atenção e do cuidado, defesa, proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes e de famílias em situação de vulnerabilidade social e de violência (SILVEIRA; PEREIRA, 2017).

Para compor a amostra deste estudo, foram selecionadas 14 crianças vítimas de violência intrafamiliar, regularmente matriculadas no ensino fundamental I, com idade entre 6 e 12 anos, selecionadas pelos gestores das escolas.

Inicialmente, foi realizada uma anamnese com os pais da criança para recolher a autorização para realização do estudo, obter informações sobre o vínculo mãe e filho nos primeiros anos de vida, sobre o desenvolvimento da criança e sobre a dinâmica familiar (Aberastury, 1992). Foi realizada uma entrevista semiestruturada com os professores titulares (regente, educador físico, inglês, educador artístico) voluntários a participar da pesquisa, com o objetivo de identificar no discurso do professor a sua percepção em relação ao desenvolvimento pedagógico de cada criança que compôs a amostra do estudo. O roteiro da entrevista apresentou perguntas para conhecer como é o comportamento e o desenvolvimento da aprendizagem da criança no ambiente escolar, como é a relação aluno e professor, a frequência da criança nas aulas e se os professores acreditavam que seus alunos poderiam sofrer algum tipo de violência intrafamiliar e como identificavam essa demanda no contexto

educacional. As anamneses com os pais e as entrevistas com os professores foram gravadas com a anuência do entrevistado com auxílio de gravador, em seguida foram transcritas para posterior análise do material.

A avaliação psicológica da criança foi realizada pela aplicação da técnica projetiva Procedimento de Desenhos de Famílias com Estórias (DF-E), que permite o acesso aos conflitos nodais do sujeito e seu olhar inconsciente sobre as suas relações familiares. Esse procedimento sugere ao avaliando que realize uma série de quatro desenhos propostos para a criança: uma família qualquer, uma família ideal, uma família em que alguém não está bem e a própria família. Após a realização de cada desenho, é sugerido à criança que elabore uma estória associada livremente e um título para estória, ao final, o avaliador faz um inquérito para compreender melhor as informações dadas pela criança. (TRINCA, 2013; BARBIERI, MISHIMA, SELAN, 2013). Dessa forma, essa técnica avaliou o desenvolvimento psicológico e as relações familiares de criança vítimas de violência intrafamiliar.

A avaliação cognitiva, com o intuito de avaliar o desenvolvimento cognitivo da criança, foi realizada por meio da aplicação de Provas Operatórias, composta por quatorze exames que identificam os níveis do desenvolvimento cognitivo proposto por Piaget (1995). As provas aplicadas foram: Conservação de pequenos conjuntos discretos de elementos, Conservação de quantidade de matéria, Conservação de quantidade de líquido, Conservação de peso, Conservação de volume, Conservação de comprimento, Conservação de Superfície, Sieriação de Palitos, Mudança de critério – Dicotomia, Quantificação de inclusão de classes, Intersecção de classes, Combinação de Fichas, Permutação de Fichas e Espaço Bidimensional (OLIVEIRA, 2011). Através da aplicação das provas, foi possível investigar a defasagem do desenvolvimento cognitivo da criança de acordo com a sua idade cronológica (SILVA, SILVESTRINI, 2015).

As anamneses, as entrevistas e a aplicação dos instrumentos foram realizadas em sala isolada com mesas e cadeiras nas escolas onde as crianças estudavam, sendo agendadas de acordo com a disponibilidade dos estudantes, pais e professores. Foram realizadas em média 9 sessões para a realização da coleta de dados relativas a cada criança. Na primeira realizou-se anamnese com os pais e na segunda foi feita a entrevista com o professor. Na terceira e na quarta sessão foi aplicada a Técnica de Procedimento de Desenhos de Famílias com Estórias. Da quinta sessão em diante foram aplicadas as Provas Operatórias, respeitando e compreendendo o tempo de raciocínio e a disponibilidade da criança devido as suas atividades acadêmicas.

Por sua vez, a modalidade de análise foi a análise temática de conteúdo, conforme Bardin (2011). O autor afirma que a análise de conteúdo, consiste em uma técnica metodológica que se pode aplicar em discursos diversos e a todas as formas de comunicação, seja qual for a natureza do seu suporte. Nessa análise, o pesquisador busca compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens tornados em consideração. O esforço do analista é, então, duplo: entender o sentido da comunicação, como se fosse o receptor normal, e, principalmente, desviar o olhar, buscando outra significação, outra mensagem, passível de se enxergar por meio ou ao lado da primeira. Indica que a utilização da análise de conteúdo prevê três fases fundamentais, conforme o esquema apresentado na Figura I: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados e a interpretação (BARDIN, 2011).

O estudo respeitou as exigências formais contidas nas normas nacionais e internacionais regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. A mesma foi aprovada pelo Comitê de Ética pelo CAAE 67701117.8.0000.5539.

4. ARTIGO

EFEITOS DA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR NO PSICOLÓGICO E NA COGNIÇÃO DE CRIANÇAS DE 6 A 12 ANOS DE IDADE

Jeferson de Souza Sá¹

Leonor Dias Paini²

Andréa Grano Marques³

RESUMO:

A violência intrafamiliar é considerada um problema de saúde pública que afeta muitas crianças e adolescentes em nosso país. Compreendida como todo ato de agressão ou omissão de cuidados que gera consequências a saúde física e psicológica, realizado por alguma pessoa com grau de parentesco. No Brasil, vem crescendo as notificações de casos de maus tratos, tanto físicos quanto psicológicos, abuso sexual e negligência contra crianças e adolescentes. O objetivo desta pesquisa foi realizar avaliação psicológica e cognitiva de crianças vítimas de violência intrafamiliar no ambiente escolar. Este estudo foi realizado com crianças vítimas de violência intrafamiliar por meio da aplicação de anamnese com pais, entrevistas com os professores, a aplicação da técnica Procedimento de Desenhos de Famílias com Estórias e Provas Operatórias. Os resultados apresentam que a violência intrafamiliar contra a criança, pode gerar danos no seu desenvolvimento, como alterações no cognitivo, no emocional e no comportamento da criança identificados no ambiente escolar.

Palavras-chave: Aprendizagem, Avaliação Psicológica, Promoção da Saúde, Violência Doméstica

**EFFECTS OF INTRAFAMILY VIOLENCE ON PSYCHOLOGICAL AND COGNITIVE
OF CHILDREN BETWEEN SIX THE TWELVE YEARS OLD**

ABSTRACT:

Domestic violence is considered a public health problem that affects many children and adolescents in our country. It is understood as any act of aggression or omission of care that generates consequences for physical and psychological health, carried out by some person with some degree of kinship. In Brazil, there have been increasing cases reports of physical and psychological abuse, sexual abuse and neglect of children and adolescents. The research objective was to perform psychological and cognitive evaluation of children victims of intrafamily violence in the school environment. This study was carried out with children victims of intrafamily violence through the application of anamnesis with parents, interviews with teachers and application of the procedure Family Designs with Histories and the Operative Tests. The results show that intrafamily violence against children can cause damage in their development, such as cognitive, emotional and behavioral alterations in the child, being identified in the school environment.

Keywords: Learning, Psychological Evaluation, Health Promotion, Domestic Violence

EFFECTOS DE LA VIOLENCIA INTRAFAMILIAR EN EL PSICOLÓGICO Y EN LA COGNICIÓN DE NIÑOS DE SEIS A DOZE AÑOS DE EDAD

RESUMEN:

La violencia intrafamiliar es considerada un problema de salud pública que afecta a muchos niños y adolescentes en nuestro país. Comprendida como todo acto de agresión u omisión de cuidados que genera consecuencias para la salud física y psicológica, realizado por alguna persona con grado de parentesco. En el Brasil, vienen aumentando las notificaciones de casos de malos tratos, tanto físicos como psicológicos, abuso sexual y negligencia contra niños y adolescentes. El objetivo de esta investigación fue realizar evaluación psicológica y cognitiva de niños víctimas de violencia intrafamiliar en el ambiente escolar. Este estudio fue realizado con niños víctimas de violencia intrafamiliar por medio de la aplicación de anamnesis con padres, entrevistas con los maestros, la aplicación de la técnica Procedimiento de Diseños de Familias con Historias y de las Pruebas Operatorias. Los resultados muestran que la violencia intrafamiliar contra el niño, puede generar daños en su desarrollo, como alteraciones cognitivas, emocionales y en el comportamiento del niño, siendo estos identificados en el ambiente escolar.

Palabras clave: Aprendizaje, Evaluación Psicológica, Promoción da Salud, Violencia Doméstica

Introdução

A família pode ser definida como um grupo de pessoas ligadas por laços sanguíneos ou por sentimentos de integração, sendo consideradas “membros da família”. Desta forma, a família é formada por pessoas que interagem afetivamente entre si compartilhando uma relação social dinâmica, a partir de um sistema de crenças, valores e normas, estruturados na cultura da família, conforme a classe social na qual está inserida (Valenziano, 2015).

A literatura define família saudável como aquela cujos membros sentem-se amparados e acolhidos, que atribuem valor uns aos outros e apresentam profundo sentimento de bem querer entre si. Cada indivíduo do núcleo familiar é um ator com suas próprias incumbências e funções definidas, sendo dever dos genitores realizar os cuidados básicos dos filhos e assegurar o bem-estar material e emocional, favorecendo a formação dos laços afetivos, educando e ensinando os valores e as regras da sociedade. Os filhos, por sua vez, têm a função de consolidar o núcleo familiar, cabendo a eles amparar os pais na velhice ou na enfermidade (Valenziano, 2015).

Contrariando as expectativas sociais em relação ao papel de proteção que o núcleo familiar deveria desempenhar, muitas famílias apresentam cenários de violência para inúmeras crianças e adolescentes. São consideradas vítimas tanto sujeitos que sofrem o abuso quanto crianças e adolescentes que testemunham situações de violência, principalmente entre os progenitores. A violência intrafamiliar pode ser definida como toda ação ou omissão de cuidado que podem denegrir a integridade física, psicológica e cognitiva de qualquer membro da família, sendo classificados em violência física, sexual, psicológica e negligência (WHO, 2006). A violência mais acometida contra a criança é a negligência (Brasil, 2017), observada como a omissão de cuidados relacionados as necessidades físicas, emocionais e cognitivas de crianças e adolescentes (Machado et al., 2014).

Segundo Costa et al. (2013) o ambiente familiar influencia o comportamento que a criança expressa em outros ambientes sociais. Freitas et al. (2015) afirmaram que as crianças e os adolescentes que testemunham a violência ou que são agredidos por seus familiares tendem a apresentar comportamentos agressivos e antissociais fora de casa, principalmente na escola. Preto e Moreira (2012) investigaram o aprendizado de crianças e relataram que os filhos de mulheres vítimas de violência doméstica obtiveram rendimento escolar inferior ao dos filhos de mulheres não vítimas, confirmando que a violência intrafamiliar é um fator gerador de déficit no desenvolvimento da criança.

A escola é uma instituição importante para a criança, tanto pelo papel de ensinar quanto pelo potencial para a construção de estratégias de enfrentamento da violência (Carlos, Ferriani, Esteves, Silva, & Scatena, 2014), pois a escola configura-se como ambiente favorável para a detecção de casos de maus-tratos infantis na medida que abrange significativo percentual da população nesta faixa etária. Neste ambiente, as crianças passam muitas horas por dia, convivendo com professores e outros profissionais, o que facilita a apreensão de indicadores de violência contra a criança, incluindo os de negligência (Pasian, Bazon, Pasian, & Lacharite, 2015), além da violência física, caracterizada como o segundo maior tipo de violência infantil notificada no Brasil (Brasil, 2017).

Outra forma de violência intrafamiliar é a violência sexual que caracteriza-se como atividades sexuais que são inapropriadas a idade e ao desenvolvimento psicossocial da criança, como o ato de uma pessoa que por meio da força física, coerção ou intimidação psicológica, coage a criança a interações sexuais contra a sua vontade ou a apresentação de conteúdos inadequados para a idade da criança como a pornografia (Deslandes, Vieira, Cavalcanti, & Silva, 2016).

Os atos que causam danos na identidade e na autoestima da criança, por meio de atos verbais como insultos, gritos, palavras de desprezo e de críticas foram definidos como violência psicológica. Em crianças pode ocorrer quando os pais ou responsáveis constantemente agem negativamente com a criança, bloqueiam seus esforços de autoaceitação e de realização, causando-lhes sofrimento psicológico (Machado et al., 2014).

Considerando as consequências que a violência familiar pode ocasionar no processo de desenvolvimento da criança e o elevado número de notificações de violência infantil no Brasil, a presente pesquisa teve como objetivo realizar avaliação psicológica e cognitiva em crianças vítimas de violência intrafamiliar.

Método

Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva, com abordagem qualitativa, realizado no município de Maringá – PR. A pesquisa foi realizada em duas escolas da região nordeste de uma cidade localizada no noroeste do Estado do Paraná. As referidas escolas integram a Rede de Proteção à Violência Contra a Criança. Para compor a amostra deste estudo foram selecionadas 14 crianças vítimas de violência intrafamiliar, regularmente matriculadas no ensino fundamental I, com idade entre 6 a 12 anos selecionadas pelos gestores das escolas.

Inicialmente foi realizada anamnese com os pais para obter informações sobre o vínculo mãe e filho nos primeiros anos de vida, sobre o desenvolvimento da criança e sobre a dinâmica familiar (Aberastury, 1992). Foi realizada uma entrevista semiestruturada com os professores titulares (regente, educador físico, inglês, educador artístico), com o objetivo de identificar no discurso do professor a sua percepção em relação ao desenvolvimento pedagógico de cada criança que compôs a amostra do estudo. O roteiro da entrevista apresentou perguntas para conhecer como é o comportamento da criança e seu desenvolvimento pedagógico em sala de aula, como é a relação professor e aluno, a frequência da criança nas aulas e se os professores acreditavam que seus alunos poderiam sofrer violência intrafamiliar e como identificavam esta demanda. As anamneses com os pais e as entrevistas com os professores foram gravadas com a anuência do entrevistado com auxílio de gravador e posteriormente transcritas para posterior análise do material.

A avaliação psicológica da criança foi realizada por meio de técnica projetiva de investigação psicológica denominada Procedimento de Desenhos de Famílias com Estórias (DF-E), que permite o conhecimento dos conflitos nodais do indivíduo e sua concepção inconsciente sobre a dinâmica familiar. Suas principais características consistem em uma série de quatro desenhos proposto a criança: uma família qualquer, uma família ideal, uma família em que alguém não está bem e a própria família. Após a realização de cada desenho é sugerido a criança que elabore uma estória associada livremente e um título para estória, ao final o avaliador faz um inquérito para compreender melhor as informações dadas pela criança. (Trinca, 2013; Barbieri, Mishima & Selan, 2013). Desta forma está técnica avaliou o desenvolvimento psicológico e as relações familiares de criança vítimas de violência intrafamiliar.

A avaliação cognitiva, com o intuito de avaliar o desenvolvimento cognitivo da criança, foi realizada por meio da aplicação de Provas Operatórias, composto por quatorze provas que identificam os níveis do desenvolvimento cognitivo proposto por Piaget (1995). As provas aplicadas foram: Conservação de pequenos conjuntos discretos de elementos, Conservação de quantidade de matéria, Conservação de quantidade de líquido, Conservação de peso, Conservação de volume, Conservação de comprimento, Conservação de Superfície, Sieriação de Palitos, Mudança de critério – Dicotomia, Quantificação de inclusão de classes, Intersecção de classes, Combinação de Fichas, Permutação de Fichas e Espaço Bidimensional (Oliveira, 2011). Através da aplicação das provas foi possível investigar a defasagem do desenvolvimento cognitivo da criança de acordo com a sua idade cronológica (Silva & Silvestrini, 2015).

-Para Piaget (1975), o desenvolvimento cognitivo pode ser compreendido como um processo de equilibrações sucessivas, estruturado em etapas ou fases. Cada etapa define um momento de desenvolvimento ao longo do qual a criança constrói certas estruturas cognitivas. O autor denomina essas etapas do desenvolvimento da inteligência infantil como: sensório-motor, pré-operatório, operatório concreto e operatório formal. Cada um desses quatro períodos é marcado por avanços intelectuais que acompanharão o processo de desenvolvimento da criança.

As anamneses, as entrevistas e a aplicação dos instrumentos foram realizados em sala isolada nas escolas onde as crianças estudavam, sendo agendadas de acordo com a disponibilidade dos estudantes, pais e professores. Foram realizadas em média 9 sessões para a realização da coleta de dados relativas a cada criança. Na primeira foi realizada anamnese com os pais e na segunda foi feita a entrevista com o professor. Na terceira e quarta sessão foi aplicado a Técnica de Procedimento de Desenhos de Famílias com Estórias. Da quinta sessão em diante foi aplicado as Provas Operatórias, respeitando e compreendendo o tempo de raciocínio e disponibilidade da criança devido as suas atividades acadêmicas.

Como método de análise dos dados primários, obtidos a partir da transcrição das anamneses com os pais e das entrevistas com os professores, foi empregado a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Os resultados desta análise serviram de suporte para a compreensão do DF-E e do desenvolvimento cognitivo/pedagógico, respectivamente.

O estudo respeitou as exigências formais contidas nas normas nacionais e internacionais regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. A mesma foi aprovada pelo Comitê de Ética pelo CAAE 67701117.8.0000.5539. Para preservar a identidade dos participantes as crianças foram nomeadas pela letra C acompanhada de número de identificação. Exemplo: C1.

Resultados e Discussão

Segundo o Sistema de Informação de Agravos Notificados somente no ano de 2014 foram notificados 27851 mil casos de violência contra a criança no Brasil (Brasil, 2017). As quatorze crianças indicadas pelas escolas e avaliadas, doze do sexo masculino e duas do sexo feminino, sofrem mais de um tipo de violência, sendo a psicológica a mais recorrente (9 vítimas), seguida da violência física (8 crianças) e da negligência (6 crianças).

A violência psicológica pode afetar o desenvolvimento emocional, social, psicológico e cognitivo da vítima (Machado et al., 2014). O sofrimento psíquico ocasionado por este tipo de maus-tratos pode acompanhar o sujeito durante todo o percurso de sua vida, gerando profundos sentimentos de insegurança, sensação de abandono e de solidão, podendo comprometer a aprendizagem e o estabelecimento de novos vínculos afetivos (Lima, 2013).

A família é concebida como o primeiro sistema no qual os papéis e as relações interpessoais são vivenciados pelo sujeito em seu processo de desenvolvimento. A instituição familiar é significativa, uma vez que é com a família que o indivíduo interage desde o nascimento, tendo suas primeiras experiências de caráter social junto aos seus progenitores, que são os responsáveis pelo processo de construção de modelos de interação e relação dos seus filhos com indivíduos que não pertencem ao sistema familiar (Neto & Ischiara, 2016).

A anamnese com os pais permitiu identificar alguns aspectos das relações familiares das crianças participantes deste estudo, pois abordou perguntas referentes a concepção até a fase atual do desenvolvimento infantil, com quem vivem, a conjugalidade dos progenitores, dificuldades enfrentadas pela família (Aberastury, 1992). Desta maneira, a anamnese com os pais deu suporte para a construção do histórico de vida da criança, possibilitando o conhecimento do processo de desenvolvimento da criança e de alguns aspectos da dinâmica familiar.

Identificação e Histórico Familiar da Criança

C1: 6 anos, sexo masculino, estuda no primeiro ano do ensino fundamental I. Mora com o pai nos fundos da casa dos avós e tem seis irmãs. O Pai se separou da mãe quando C1 tinha 2 anos de idade.

C2: 6 anos, sexo masculino, estuda no primeiro ano do ensino fundamental I. Mora com a mãe e a irmã de 4 anos e tem um irmão que mora com avó. A mãe já foi abusada sexualmente na infância e tentou suicídio. O pai separou-se da família quando C2 tinha quase 3 anos.

C3: 6 anos, sexo masculino, estuda no primeiro ano do ensino fundamental I. Mora com os avós e mais duas irmãs. A mãe de C3 é usuária de álcool e drogas em situação de rua. Antes de C3 morar com os avós a mãe tentou doar o filho.

C4: 6 anos, sexo Feminino, estuda no primeiro ano do ensino fundamental I. Mora com a mãe e mais um irmão de 4 anos. O pai separou-se da família por envolvimento extra- conjugal. C4 presenciava brigas e violência conjugal, além de sofre violência física e a mãe realiza alienação parental. A mãe de C4 revelou ter realizado tentativa de suicídio.

C5: 6 anos, sexo Masculino, estuda no primeiro ano do ensino fundamental I. Mora com o pai, tem mais irmãos que não moram com a família. A mãe separou-se da família quando C5 tinha 2 anos e meio, ela fazia uso abusivo de álcool o que fazia com que C5 presenciasse conflitos e violência conjugal.

C6: 6 anos, sexo Masculino, estuda no primeiro ano do ensino fundamental I. Mora com o pai e os avós, e tem mais dois irmãos por parte de mãe. A mãe separou-se da família quando C6 tinha 3 meses e raramente ele tem contato com ela.

C7: 7 anos, sexo masculino, estuda no segundo ano do ensino fundamental I. Mora com o pai e mais dois irmãos. C7 não é filho biológico do pai com quem mora. Sua mãe separou-se da família por ser usuária de álcool e infidelidade.

C8: 8 anos, sexo masculino, estuda no terceiro ano do ensino fundamental I. Mora com a mãe, o padrasto e a irmã. O pai de C8 separou-se da família quando ele tinha cerca de 2 anos. Presenciou violência conjugal e sofre violência física.

C9: 9 anos, sexo masculino, estuda no quarto ano do ensino fundamental I. Mora com os pais adotivos. A mãe verdadeira é usuária de álcool e drogas, logo depois que C9 nasceu ela ofereceu seu filho para adoção.

C10: 8 anos, sexo masculino, estuda no quarto ano do ensino fundamental I. Mora com os avós e o tio. Os pais de C10 não moram com a família, pois a avó alega que a mãe estava maltratando da criança. A mãe e o pai são usuários de drogas, durante a gestação a mãe batia na barriga, tentou abortar 3 vezes. C10 faz uso de Ritalina, já presenciou violência conjugal, e sofreu violência física e negligência.

C11: 12 anos, sexo masculino, estuda no quarto ano do ensino fundamental I. Mora com o padrasto, mãe e mais dois irmãos. O Pai de C11 separou-se da família quando C11 tinha 3 anos de idade e, atualmente, vive em ambientes violentos e com uso de drogas. C11 presenciou violência conjugal.

C12: 10 anos, sexo feminino, estuda no quarto ano do ensino fundamental I. Mora com a mãe e mais dois irmãos. O Pai separou-se da família quando C12 tinha 3 anos de idade em decorrência de alcoolismo, C12 presenciou violência conjugal e sofre de uma doença chamada Distrofia Miotônica.

C13: 10 anos, sexo masculino, estuda no 5 ano do ensino fundamental I. Mora com a mãe e mais 2 irmãos e tem uma irmã que não convive no ambiente familiar de C13. Um de seus irmãos é usuário de maconha. O pai faleceu durante a gestação de C13. A criança passa bastante tempo livre na rua, e já foi pego com drogas na escola.

C14: 10 anos, sexo masculino, estuda no quinto ano do ensino fundamental I. Mora com a mãe e mais dois irmãos. Na Gestação de C14 não foi bem aceita pela mãe que relata que teve depressão durante este mesmo período, C14 acabou nasceu com 8 meses. O pai é separado da família.

Pode-se observar no histórico das crianças que compuseram a amostra deste estudo que as quatorze são provenientes de famílias cujos pais são separados, portanto moram somente com o pai ou com a mãe, ou com os avós, ou adotados por outra família. Na estrutura familiar, as crianças são os membros mais vulneráveis às situações de conflito e, neste sentido, estão mais expostas que os demais, justamente por não terem autonomia e capacidade plena de defesa e de resolução das situações a elas apresentados (Gomes, Pereira & Ribeiro 2016).

Avaliação Psicológica

A ausência do cuidado do pai ou da mãe para com a criança, pode tornar o desenvolvimento emocional da criança suscetível a rupturas e predisposição a desenvolver transtornos psíquicos, incluindo a psicose, a esquizofrenia, a depressão, tendências antissociais dentre outras (Winnicott, 2012; Regis, Kakehashi, & Pinheiro, 2005). Portanto, ambos os progenitores são indispensáveis para o desenvolvimento da criança, desde o nascimento.

As técnicas projetivas avaliaram a capacidade de cada participante de expressar, por meio dos estímulos particulares de cada instrumento, a forma como percebe emocionalmente e cognitivamente o mundo (Miguel, 2014). Os desenhos permitiram a projeção e a organização de informações sobre as dinâmicas familiares pelas crianças deste estudo, assim como a representação singular do seu mundo e a elaboração das suas experiências, como descrito por Goldberg, Yunes e Freitas (2005). O sentimento de orfandade pela falta do pai ou da mãe ou até mesmo dos dois progenitores foi demonstrado nos desenhos dos participantes da pesquisa.



FIGURA 1: Desenho da Própria Família – C7

A Figura 1 trata-se do desenho feito pelo C7 quando o pesquisador orientou a criança que fosse desenhada a sua própria família. Como pode-se observar na imagem C7 desenhou apenas ele expressando que ele se sente sozinho e não pertencente a família com a qual reside. C7 mora com o ex-marido de sua mãe que não é seu pai biológico, que relatou na entrevista ser descuidado com os seus filhos, não colocando regras e nem disciplina nos mesmos. C7 projetou a negligência e o abandono e o desenho revelou a orfandade.

Ao analisar a família atual na sociedade, acredita-se que ela tenha perdido o seu papel de mediação protetora entre o indivíduo e a sociedade, e, em decorrência disso, um sentimento de orfandade acaba por tomar conta de crianças e adolescentes. Tal situação de abandono está presente não só nas camadas populares, nas quais os problemas de ordem material dificultam o desempenho das funções paterna e materna, mas também nas famílias de maior poder aquisitivo, nas quais os pais estão mergulhados numa luta desenfreada por ascensão social e material. Frente a essa condição de desamparo, os sujeitos ainda buscam, na figura desse pai, mesmo enfraquecido, a proteção, pois só um poder soberano poderia protegê-los dessa condição de orfandade. São vários os problemas enfrentados por aqueles que não possuem referência familiar. Dentre eles, apresentam-se o dano moral, o constrangimento, a vitimização por bullying, a evasão escolar, uma vida adulta problemática e a exclusão social (Saraiva, Reinhardt, & Souza, 2012).

A separação pode trazer diversos prejuízos tanto para os pais quanto para os filhos, gerando conflitos e danos psicológicos na família. Neste processo complexo, o mais importante é compreender que a criança mesmo depois da separação dos pais, necessita de ambos e que a forma mais adequada destes exercerem as suas responsabilidades é

assegurarem o contato com o outro de forma a garantirem a permanência e a firmeza do vínculo, como também a lei assim o exige (Gomes, Pereira, & Ribeiro, 2016).

A regulação das responsabilidades parentais transforma-se, assim, por vezes, em batalhas de agressões mútuas entre os progenitores, onde pai e mãe pretendem atingir o outro, que passa a ser visto como adversário, sempre na tentativa de afastá-lo da vida do filho (Silva, 2011). O egoísmo do progenitor, leva-o a utilizar artifícios para dificultar o relacionamento do ex-cônjuge com o filho assumi comportamento manipulativo, de tentativa de afastamento da criança do pai/mãe e familiares destes, denominado de alienação parental (Gomes et al., 2016).



FIGURA 2: Desenho de uma Família Qualquer – C4

Na Figura 2 foi solicitado para a C4 fazer um desenho de uma Família Qualquer, ela nomeou sua história de “Três Porquinhos”. Ao relatar a história do desenho, C4 contou sobre um lobo mau na família, definindo o mesmo como o seu pai que não pagava pensão e deixou a mãe sozinha com os seus filhos, O lobo mau que não está no desenho pois está separado da família. O desenho acaba expressando a mãe sozinha com os filhos e todos desprotegidos com ar de inocência. Podemos considerar alienação parental neste caso, pois a mãe relatou que fala mal de seu pai para filha, pelo fato do mesmo não pagar pensão e pela filha não tem as coisas que ela quer, ou seja, justificando tudo como culpa do pai. C4 acaba sofrendo violência física e psicológica em seu ambiente familiar.

A violência conjugal repercute no desenvolvimento dos filhos de forma direta e indireta. A direta ocorre quando os filhos testemunham as brigas, podendo interferir no desenvolvimento psicológico, social e escolar. Enquanto que a forma indireta consiste nas

consequências do conflito que não é presenciado pelos filhos, como, por exemplo, a mudança no ambiente familiar após uma briga que decorre na redução da disponibilidade parental e no aumento da hostilidade no relacionamento entre os irmãos (Goulart et al. 2015).



FIGURA 3: Desenho de uma Família Qualquer– C1

Na Figura 3 C1 faz o desenho de uma família qualquer, e expõe o ambiente familiar violento em que vive. C1 relata que houve uma explosão e o sol estava muito quente que chegou a derreter a casa e que seu pai acabou morrendo perdendo a cabeça, o pai e a mãe foram para de baixo da terra e nasceram como zumbis gigantescos. O desenho representa uma briga conjugal que C1 presenciou dentro de casa, sinalizando um desamparo familiar. Segundo o relato dos professores os pais de C1 brigavam bastante e que a criança apresenta um comportamento introspectivo, com medo da agressividade.

O conflito conjugal pode ser definido como qualquer situação de interação entre o casal que envolva diferença de opinião, negativa ou positiva, podendo levar a violência física e insultos. Os filhos presenciam e ficam expostos diante das discórdias e agressões conjugais. Assim, as respostas do casal frente a situações de conflito podem ir além do contexto conjugal, gerando repercussões para o desenvolvimento dos filhos e para a dinâmica das relações familiares e sociais (Cummings & Davies, 2010).

Avaliação Cognitiva

A violência contra a criança pode interferir diretamente no comportamento e na aprendizagem. A pesquisa feita por Silva (2014) investigou os efeitos da violência

intrafamiliar sobre as relações interpessoais em sala de aula e os resultados indicaram que a violência em sala de aula é reflexo da violência intrafamiliar influenciando negativamente o desempenho escolar das crianças.

Os estágios desenvolvidos por Piaget definem a fase do desenvolvimento cognitivo da criança, em: Sensório Motor, Pré-Operatório, Operatório Concreto e Operatório formal. No estágio Sensório Motor (0 - 2 anos) o pensamento da criança envolve processo como ver, ouvir, tocar, mover-se, provar e assim por diante. No Pré-Operatório (2 - 7 anos) a criança constrói a capacidade de representação, ou seja, a possibilidade de pensar simbolicamente, tem um rápido desenvolvimento da linguagem e na imaginação, consegue estabelecer uma correspondência termo a termo, faz articulação com a realidade, centrada em uma ação concreta. No estágio Operatório Concreto (7 - 11 anos), a criança começa a desenvolver a estrutura lógica, organiza o pensamento em estruturas coerentes, consegue fazer seriação, ordenas em ordem crescente e decrescente e a capacidade de um sujeito resolver problemas de conservação depende de compreensão de três elementos básicos do raciocínio: identidade, compensação e reversibilidade. No Operatório Formal (11 anos em diante), o sujeito torna-se capaz de fazer não só o raciocínio lógico formal, mas também o científico que corresponde ao nível do pensamento hipotético, dedutivo e matemático (Piaget, 1975).

Das quatorze crianças participantes, onze delas apresentaram estar com a sua estrutura cognitiva em desenvolvimento conforme o esperado nos estágios de desenvolvimento cognitivo desenvolvido por Piaget (1975). Sete crianças (C1, C2, C3, C4, C5, C6, C7) estão no estágio pré-operatório, 6 delas tem 6 anos de idade o que corresponde ao resultado esperado. Algumas dificuldades referentes ao processo de aprendizagem, relatadas pelos professores destes alunos que estavam cursando a primeira série do ensino Fundamental I, podem ser entendidas pelo fato da estruturação lógica da criança ocorrer a partir do estágio operatório concreto, previsto para começar a manifestar-se a partir dos 7 anos de idade. A criança denominada C7 coincidentemente tem 7 anos e sua avaliação cognitiva demonstrou o processo de transição do estágio Pré-Operatório para o Operatório Concreto, esperado para a idade cronológica.

Quatro crianças (C9, C12, C13, C14) avaliadas estavam no estágio operatório concreto, ou seja, dentro do estágio cognitivo esperado de acordo com as Provas Operatórias de Piaget. Segundo as queixas dos professores sobre essas e as outras crianças deste estudo, estão relacionadas a problemas de comportamento, capaz de gerar uma defasagem na aprendizagem dos mesmos. As expressões mais relatadas pelos educadores, é que as crianças são agressivas, não respeitam regras e tem dificuldade de concentração e de aprendizagem.

Há uma discrepância entre os resultados da avaliação cognitiva com a percepção dos professores sobre os alunos. Pode-se identificar nesses casos que as Provas Operatórias investigaram apenas o nível de desenvolvimento cognitivo do sujeito, não avaliando fatores que também influenciam no processo de aprendizagem como a afetividade e a subjetividade da criança. Pesquisa realizada por Cardinalli (2006) relatou que, mesmo quando algumas crianças apresentam estrutura lógica de pensamento, avaliada por meio das provas operatórias, houve casos em que foi constatado dificuldades em aprender alguns conteúdos. Diante disso, a forma como o aluno se desafia e interage na busca de um determinado objeto do conhecimento, está diretamente relacionado com sua cognição, suas emoções e questões subjetivas.

Segundo a teoria de Wallon (1989) o processo de desenvolvimento humano está centrado em quatro núcleos funcionais: a afetividade, a cognição, o movimento e o sujeito. A afetividade é o primeiro e mais forte vínculo que se estabelece entre a criança e as pessoas do ambiente, desta maneira, a forma como a criança é criada emocionalmente e a sua interação com o ambiente em que vive pode gerar consequências no desenvolvimento cognitivo, diante de que a inteligência não se desenvolve sem a afetividade (Leite, 2012).

A avaliação do baixo desempenho escolar deve considerar as características individuais da criança, as relações familiares e o ambiente escolar e social no qual a criança está inserida (Lima, 2013). Patias et al. (2014) afirmaram que a violência infantil pode gerar diversos agravos para o desenvolvimento da criança no meio escolar, como: evasão escolar, problemas de comportamento na escola, menor desempenho escolar, dificuldades de relacionamento, problemas de aprendizagem em decorrência de fatores emocionais, transferência da agressividade vivenciada em casa para o ambiente escolar, dentre outros aspectos. A timidez e a apatia também devem ser consideradas como indicativos de mudança de comportamento e de que a criança pode estar manifestando algum tipo de conflito familiar (Ristum, 2014).

Três crianças, C8, C10 e C11, apresentaram déficit na estrutura cognitiva, segundo a avaliação pelo método Piagetiano. As crianças C8 e C10 tem 8 anos, nesta idade sua estrutura cognitiva deveria estar no Estágio Operatório Concreto, mas o resultado da avaliação indicou que estava no Estágio Pré-Operatório. C11, com 12 anos de idade e ainda cursando o quarto ano do ensino fundamental I, encontrava-se no estágio Operatório Concreto, porém deveria estar no Operatório Formal. A professora de C11 relatou que o aluno apresenta dislexia, definida por Inácio, Oliveira & Mariano (2017) como um transtorno específico de

aprendizagem que causa prejuízo na leitura por dificuldades no reconhecimento de palavras e na compreensão da leitura de textos.

Os participantes da pesquisa C8, C10 e C11, que não tiveram o resultado esperado na avaliação cognitiva, são crianças que presenciaram violência conjugal e apresentaram histórico de viver em ambientes violentos com uso de álcool e drogas. Para Morais, Rodrigues e Machado (2016), o uso dessas substâncias atinge não só quem a consome, mas também as pessoas que com ela convivem, principalmente as famílias. As crianças costumam ser as mais vitimizadas e quanto maior a intensidade de violência gerados diante deste contexto, mais profundos serão os prejuízos relativos à autoestima, ao comportamento e na aprendizagem da criança.

Os efeitos da violência doméstica sobre o comportamento disciplinar e sobre o desempenho acadêmico de alunos vítimas de violência intrafamiliar foram relatados por professores na investigação realizada por Ristum (2014). Quanto ao aspecto disciplinar o autor relatou comportamentos agressivos, desobediência, dificuldade de relacionamento, tendência ao isolamento ou agitação e, quanto ao aspecto acadêmico, descreveu que a maioria possui baixo rendimento escolar, dificuldade de aprendizagem, desinteresse e desatenção. Outros comportamentos que podem indicar violência no âmbito familiar foram citados como relacionamento frio e distante com os colegas, o não conversar e não o brincar, timidez, introversão, retraimento e distanciamento do convívio.

Das quatorze crianças que compuseram a amostra deste estudo, doze foram consideradas agressivas pelo seu professor, demonstrando um dos comportamentos mais característico do sujeito vítima de violência familiar. Segundo Costa et al. (2013) o ambiente familiar influencia o comportamento que a criança expressa no ambiente escolar. Freitas et al. (2015) afirmaram que as crianças e os adolescentes que testemunham a violência ou que são agredidos por seus familiares tendem a apresentar comportamentos agressivos e antissociais fora de casa, principalmente na escola.

Outro aspecto que deve ser considerado é que a agressividade de crianças vítimas de maus-tratos familiar no contexto escolar causa rejeição por parte dos colegas e dos professores, aumentando o descontrole emocional e afetando os processos de aprendizagem (Almeida et al., 2013).

As famílias, por sua vez, responsabilizam a escola pelos atos de violência cometidos por seus filhos. Porém, os alunos que apresentam comportamento agressivo na escola relataram que sofrem violência física e/ou psicológica em casa por seus pais ou parentes, o

que os deixam desestruturados e estimulados a praticar atos desagradáveis no ambiente escolar (Silva, 2014).

Conclusão

Este estudo avaliou que a Violência Intrafamiliar contra a criança pode gerar diversas consequências físicas, psicológicas e sociais. A avaliação psicológica e cognitiva realizada apresentou dados de extrema importância para compreender o desenvolvimento afetivo e cognitivo dos participantes, além de conhecer a dinâmica das relações familiares e a percepção dos professores sobre o desenvolvimento pedagógico do aluno. Sendo assim, foi possível identificar nos resultados que a maioria das crianças avaliadas encontra-se dentro do estágio esperado de desenvolvimento cognitivo e que as dificuldades de comportamento e de aprendizagem dos alunos relatados pelos professores, resultam de questões emocionais e subjetivas que os mesmo vem enfrentando durante o seu processo de desenvolvimento. O contexto familiar e social desestruturado, além de questões culturais são fatores que contribuem para a ocorrência da violência infantil no Brasil e no mundo.

Referências

- Aberastury, A. (1992). *Psicanálise da Criança: teoria e técnica*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Almeida, A. A.; Miranda, O. B.; Lourenço, L. M. (2013). Violência doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes: uma revisão bibliométrica. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 6(2), 298-311. Recuperado de <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a11.pdf>>
- Barbieri, V. Mishima, F.K.T. Selan, B. A. (2013). Criança Antissocial e seu pai: um estudo psicodinâmico. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 14 (3), 356-381. Recuperado de <http://www.redalyc.org/pdf/362/36229333001.pdf>
- Bardin, L.(2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

BRASIL, Ministério da Saúde. Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN. Violência Doméstica, Sexual e/ou outras violências - Notificações Registradas: banco de dados. Brasília, 2017. Disponível em: <http://datasus.saude.gov.br/>

Cardinalli, C. C. B. (2006). *Uma Análise da Configuração subjetiva do Aluno com Dificuldade de Aprendizagem*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas).

Carlos, D. M., Ferriani, M. G. C., Esteves, M. R., Silva, L. M. P., & Scatena, L. (2014). O apoio social sob a ótica de adolescentes vítimas de violência doméstica. *Revista Escola de Enfermagem da USP*, 48 (4), 610-617. doi: 10.1590/S0080-623420140000400006

Costa, B. L., Freitas, R. F., Santos, G. S., Reis, V. M. C. P., Ogando, B. M. A. P., & Rocha, J. S. B. (2013). Agressividade de crianças inseridas no projeto nadar, de acordo com gênero, raça, atividades em tempo livre e comportamento dos pais. *Pensar a Prática*, 16(4), 1159-1175. doi: <https://doi.org/10.5216/rpp.v16i4.21596>

Cummings, E.M., Davies, P.T. (2010). Marital conflict and children: An emotional security perspective. *The Guilford Press*.

Deslandes, S. F., Vieira, L. J. E. S., Cavalcanti, L. F., & Silva, R. M. (2016). Atendimento à saúde de crianças e adolescentes em situação de violência sexual, em quatro capitais brasileiras. *Interface*, 20 (59), 865-77. doi: 10.1590/1807-57622015.0405

Freitas, R. F., Fernandes, B. V. M., Freitas, T. F., Cantuária, V. L., Demasceno, R. F., & Lessa, A. C. (2015). Consequências Físicas e Psicológicas da Violência Doméstica para a Saúde da Mulher e Para a Vida Escolar dos Filhos. *Revista Desenvolvimento Social*, 16(1), 19-32. Recuperado de http://www.rds.unimontes.br/index.php/desenv_social/article/view/215/154

Goulart, V. R., Wagner, A., Barbosa, P. V., Mosmann, C. P. (2015), Repercussões do conflito Conjugal para o Ajustamento de Crianças e Adolescentes: Um Estudo Teórico. *Interação Psicológica*, 19(1), 147-159.

Gomes, M. F. M., Pereira, M. V. C., & Ribeiro, E. J. (2016) Alienação Parental: Quando Pais e Crianças Necessitam de Ajuda. *Millenium*, 50, 283-291. Recuperado de repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/4034/1/9627-27215-1-SM.pdf

Goldberg, L.G.; Yunes, M.A.M.& Freitas, J.V.de (2005). O desenho infantil na ótica da ecologia do desenvolvimento humano. *Psicologia em Estudo*, Maringá. 10 (1), 97- 106.

Leite, D. A. S. (2012). Afetividade nas práticas pedagógicas. *Temas em Psicologia*, 20 (2), 355-368. DOI: 10.9788/TP2012.2-06

Lima, J. O. (2013). Violência doméstica: influência no desenvolvimento biopsicossocial e no processo de aprendizagem de quem a sofre. *Interletras*, v. 3, n. 18. Recuperado de < http://www.interletras.com.br/ed_anteriores/n19/artigos.php?edicao=18>

Machado, J. C., Rodrigues, V. P., Vilela, A. B. A., Somões, A. V., Morais, R. L. G. L., & Rocha, E. N. (2014). Violência intrafamiliar e as estratégias de atuação da equipe de Saúde da Família. *Saúde e Sociedade*, 23(3), 828-840. Doi: 10.1590/S0104-12902014000300008

Miguel, F. K. (2014). Mitos e verdades no ensino de técnicas projetivas. *Psico*, 19 (1), 97-106.

Neto, A. R. L., & Ischiara, J. C. (2016). Crianças e Adolescentes Órfãos: um estudo sobre a influência da Orfandade no Processo de Formação Psicossocial e Desenvolvimento da Personalidade. *Revista Expressão Católica*, 1(1), 57-65.

Oliveira, G. P. (2011). *Intervenção pedagógica individualizada para alunos com deficiência intelectual: ensino de leitura em salas de recursos* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos). Recuperado de <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2879/3644.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Pasian, M. S., Bazon, M. R., Pasian, S. R., & Lacharite, C. (2015). Negligência Infantil a Partir do Child Neglect Index Aplicado no Brasil. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 28(1), 106-115. doi: 10.1590/1678-7153.201528112

Patias, N. D.; Bossi, T. J.; Dell'aglio, D. D. (2014). Repercussões da exposição à violência conjugal nas características emocionais dos filhos: revisão sistemática da literatura. *Temas em Psicologia*, v.22, n.4, p. 901-915.

PIAGET, J. (1975). *A construção do real na criança*. Rio de Janeiro: Zahar.

Preto, M., & Moreira. P. A. S. (2012). Autorregulação da aprendizagem em crianças e adolescentes filhos de vítimas de violência doméstica contra mulheres. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2(4), 730-737. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722012000400012>

Preto, M., & Moreira. P. A. S. (2012). Autorregulação da aprendizagem em crianças e adolescentes filhos de vítimas de violência doméstica contra mulheres. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2(4), 730-737. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722012000400012>

Regis, F. C.; Kakehashi, T. Y.; Pinheiro, E. M.. (2005). Análise do Cuidado ao Bebê Hospitalizado Segundo a Perpectiva Winnicottiana. *Rev. Bras. de Enfermagem*. 58(1), 39-43. Recuperado de < <http://www.scielo.br/pdf/reben/v58n1/a07.pdf> >

RISTUM, M. As marcas da violência doméstica e a identificação por professor do ensino fundamental. *Revista Brasileira de Psicologia*, 1 (1), 3-12. Recuperado de <<http://revpsi.org/wp-content/uploads/2014/01/ristum2014>>

Saraiva, L. M., Reinhardt, M. C., & Souza, R. C. (2012). A Função Paterna e seu papel na dinâmica Familiar e no Desenvolvimento Mental Infantil. *Revista Brasileira de Psicoterapia*, 14(3), 52-67.

Silva, D. M. P.(2011). A nova lei da alienação parental. In: PORTAL DE E-GOVERNO, INCLUSÃO DIGITAL E SOCIEDADE DO CONHECIMENTO.

Silva, M. R. P. (2014). Os Efeitos da Violência Intrafamiliar Sobre as Relações Interpessoais em Sala de Aula. *Estação Científica*, v. 4, n. 1, p. 79-95. Recuperado de <https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/1468/mariav4n1.pdf>

Silva, C. R., Silvestrini, M. S. (2015). A interação durante as provas operatórias: considerações para a avaliação infantil. *Revista de Terapia Ocupacional*, 26(3), 399-408.

Trinca, W. (2013). *Procedimento de Desenhos – Estórias: formas derivadas, desenvolvimentos e expansões*. 1 edição, São Paulo, Vetor, 2013.

Valenziano, L. C. V. S. (2015). Família e Escola: uma parceria com sucesso sem inversões de papéis. *Cadernos CIMEAC*, 5(1), 118- 131.

Wallon, H. (1989). *Origens do pensamento da criança*. Editora Manole.

Winnicott, D. W. (2012). *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes.

WHO - World Health Organization (2006). Preventing child maltreatment: a guide to taking action and generating evidence. Geneva.

5. CONCLUSÃO

Diante de toda a problemática, esta pesquisa avaliou que a violência intrafamiliar contra criança interfere em seu aprendizado. Os resultados da avaliação psicológica e cognitiva relacionados ao discurso da anamnese dos pais e às entrevistas com os professores apresentaram questões que podem gerar diversas consequências, tanto nos aspectos físicos e psicológicos, quanto sociais e na aprendizagem do sujeito. Avaliar essas crianças permitiu entrar em contato com as facetas que norteiam e mantem a violência instalada nessas famílias e as consequências que o mesmo pode gerar no aprendizado e no desenvolvimento infantil.

Pesquisas vêm sendo realizadas sobre essa temática, porém há poucos estudos que avaliam o psicológico e o cognitivo buscando compreender a interferência da violência intrafamiliar no aprendizado da criança. Diante disso, cabe aos profissionais da educação e da saúde criarem e implementarem estratégias que envolvam a educação, a assistência e a promoção da saúde, adequados para mudar esse trágico cenário que vem denegrindo a qualidade de vida, o desenvolvimento humano, cognitivo e emocional de crianças vítimas de violência intrafamiliar.

REFERÊNCIAS

ABED, Anita. O desenvolvimento das habilidades socioemocionais como caminho para a aprendizagem e o sucesso escolar de alunos da educação básica. São Paulo: UNESCO/MEC, 2014.

ABERASTURY, A. **Psicanálise da Criança: teoria e técnica**. Porto Alegre: Artes Médicas, (1992).

ALMEIDA, A. A.; MIRANDA, O. B.; LOURENÇO, L. M. Violência doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes: uma revisão bibliométrica. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, v.6, n.2, p.298-311, 2013. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a11.pdf>>

BAZON, M. R. FALEIROS, J. M. Identificação e Notificação dos Maus-tratos Infantis no Setor Educacional. **Paidéia**, Vol. 23, No. 54, 53-61. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-43272354201307>

BARBIERI, V. MISHIMA, F.K.T. SELAN, B. A Criança Antissocial e seu pai: um estudo psicodinâmico. **Psicologia, Saúde & Doenças**, vol.14 n.3, 356-381, Lisboa, 2013. Disponível em : <<http://www.redalyc.org/pdf/362/36229333001.pdf>>

BRASIL, Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, ed. 9, 2012. Disponível em: <www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço / Secretaria de Políticas de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf

BRASIL, Ministério da Saúde. Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN. Violência Doméstica, Sexual e/ou outras violências - Notificações Registradas: banco de dados. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://datasus.saude.gov.br/>>

BRINO, R. F.; SOUZA, M. A. O. Concepções sobre Violência Intrafamiliar na área Educacional. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 1251-1273, out./dez. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623653298>

BRUCE, L. C., HEIMBERG, R. G., GOLDIN, P. R., & GROSS, J. J. Childhood Maltreatment and Response to Cognitive Behavioral Therapy Among Individuals with Social Anxiety Disorder. **Depression and anxiety**, v. 30, n. 7, p. 1- 8, 2013. DOI: 10.1002/da.22112

CARLOS, D. M.; FERRIANI, M. G. C.; ESTEVES, M. R.; SILVA, L. M. P.; SCATENA, L. O apoio social sob a ótica de adolescentes vítimas de violência doméstica. **Revista Escola de Enfermagem da USP**, v. 48, n.4, p.610-617, 2014. DOI: 10.1590/S0080-623420140000400006

COSTA, B. L.; FREITAS, R. F.; SANTOS, G. S.; REIS, V. M. C. P.; OGANDO, B. M. A. P.; ROCHA, J. S. B. Agressividade de crianças inseridas no projeto nadar, de acordo com gênero, raça, atividades em tempo livre e comportamento dos pais. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 16, n. 4, p. 1159-1175, 2013 DOI: <https://doi.org/10.5216/rpp.v16i4.21596>

COSTA, A. L.; TEIXEIRA, K. M. D. O Comportamento dos Alunos na Escola e Sua Relação Com a Violência Doméstica na Percepção dos Educadores. **Revista Brasileira de Economia Doméstica**, v. 28, n.1, p. 22-42, 2017. Disponível em: <<http://www.seer.ufv.br/seer/oikos/index.php/httpwwwseerufvbrseeroikos/article/view/261/238>>

DAVIS, A. S., MOSS, L. E., NOGIN, M. M., WEBB, N. E. Neuropsychology of child maltreatment and implications for school psychologists. **Psychology in the schools**, 52(1), 77-91, 2015. DOI:10.1002/pits.21806

DESLANDES, S. F.; VIEIRA, L. J. E. S.; CAVALCANTI, L. F.; SILVA, R. M. Atendimento à saúde de crianças e adolescentes em situação de violência sexual, em quatro capitais brasileiras. **Interface**, v. 20 n.59, p. 865-77, 2016. DOI: 10.1590/1807-57622015.0405

FREITAS, R. F.; FERNANDES, B. V. M.; FREITAS, T. F.; CANTUÁRIA, V. L.; DEMASCENO, R. F.; LESSA, A. C. Consequências Físicas e Psicológicas da Violência Doméstica para a Saúde da Mulher e Para a Vida Escolar dos Filhos. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 16, n.01, 2015. Disponível em: <http://www.rds.unimontes.br/index.php/desenv_social/article/view/215/154>

GAVA, L. L.; SILVA, D. G.; DELL'AGLIO, D. D. Sintomas e Quadros Psicopatológicos Identificados nas Perícias em Situações de Abuso Sexual Infanto-Juvenil. **Psico**, v. 44, n. 2, Porto Alegre - RS, p. 235-244, abr./jun. 2013.

GARBIN, C. A. S.; ARAÚJO, P. C.; ROVIDA, T. A. S.; ROCHA, A. C.; ARCIERI, R. M.; GARBIN, A. J. I. Violência na População Infantil: Perfil Epidemiológico dos Abusos Verificados no Ambiente Escolar. **Revista Ciência Plural**, v. 2, n.2, p.41-54, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/10122/7844>>

GOLDEMAN, J. D. G.; GRIMBEEK, P. Child Sexual Abuse and Mandatory Reporting Intervention Preservice Content Preferred by Student Teachers. **Journal of Child Sexual Abuse**, v. 23, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/10538712.2014.859200>

JACKSON, A. M.; KISSOON, N.; GREENE, C. Aspects of Abuse: Recognizing and Responding to Child Maltreatment. **Current Problems Pediatric Adolescent Health Care**, v. 45, p. 58-70, 2015. DOI: 10.1016/j.cppeds.2015.02.001

LIMA, J. O. Violência doméstica: influência no desenvolvimento biopsicossocial e no processo de aprendizagem de quem a sofre. **Interletras**, v. 3, n. 18, 2013. Disponível em: <http://www.interletras.com.br/ed_anteriores/n19/artigos.php?edicao=18>

LOLLI, H. A.; LOLLI, M. C. G. S.; LOLLI, L. F.; SILVA, D. R. “Olhos De Lince” No Ambiente Escolar – A Responsabilidade Do Educador Físico Na Detecção E Encaminhamento De Casos De Violência Doméstica Contra Crianças E Adolescentes.

UNINGÁ Review, v. 12, n. 2. p. 32-41, 2012. Disponível em: <<http://web.a.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=1&sid=daefc7c3-7705-4dc1-aae1-bdcdb7be8e10%40sessionmgr4009>>

MACHADO, T. B.; BOTTOLI, C. Como os professores percebem a violência intrafamiliar. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, N.34, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i34.1628>

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências, Saúde**, v. 4, n.3, p. 513- 531, 1998.

MOURA, J. P.; ALMEIDA, J. L. S.; ARAÚJO, J. P.; MENEZES, R. M. P.; CHAVES, A. E. P. Implicações da Violência na Infância e Adolescência. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 12, n. 1, p. 513-524, jan./jul. 2014 DOI: <http://dx.doi.org/10.5892/ruvrd.v12i1.1415>

NANNI, V.; UHER, R.; DANESE, A. Childhood maltreatment predicts unfavorable course of illness and treatment outcome in depression: a meta-analysis. **American Journal of Psychiatry**, 169(2), 141-151, 2012. DOI:10.1176/appi.ajp.2011.11020335

NUNES, A. J.; SALES, M. C. V. Violência Contra Crianças no Cenário Brasileiro. **Ciência& Saúde Coletiva**, 21 (3): 871-880, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n3/1413-8123-csc-21-03-0871.pdf>

OLIVEIRA, G. P. Intervenção pedagógica individualizada para alunos com deficiência intelectual: ensino de leitura em salas de recursos/ São Carlos:UFSCar, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2879/3644.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

PASIAN, M. S.; BAZON, M. R.; PASIAN, S. R.; LACHARITE, C. Negligência Infantil a Partir do Child Neglect Index Aplicado no Brasil. **Psicologia Reflexão e Crítica**, v. 28, n. 1, p. 106-115, 2015. DOI: 10.1590/1678-7153.201528112

PATIAS, N. D.; BOSSI, T. J.; DELL'AGLIO, D. D. Repercussões da exposição à violência conjugal nas características emocionais dos filhos: revisão sistemática da literatura. **Temas em Psicologia**, v.22, n.4, p. 901-915, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2014.4-17>

PIAGET, J. **A construção do real na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. **A formação do símbolo na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PINTO, L. W.; ASSIS, S. G. Violência Familiar e Comunitária em Escolares do Município de São Gonçalo, Rio de Janeiro, Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 12, n. 2, p. 288-300, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v16n2/1415-790X-rbepid-16-02-00288.pdf>>

PINTO JUNIOR, A. A.; CASSEPP-BORGES, V.; SANTOS, J. G. Caracterização da violência doméstica contra crianças e adolescentes e as estratégias interventivas em um município do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Coletiva**, v. 23, n. 2, p. 124-131, 2015. DOI: 10.1590/1414-462X201500020062

PRETO, M.; MOREIRA, P. A. S. Autorregulação da aprendizagem em crianças e adolescentes filhos de vítimas de violência doméstica contra mulheres. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 2 n. 4, p. 730-737, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722012000400012>

REGIS, F. C.; KAKEHASHI, T. Y.; PINHEIRO, E. M.; Análise do Cuidado ao Bebê Hospitalizado Segundo a Perpectiva Winnicottiana. *Rev. Bras. de Enfermagem*. v.58 n.1, 39-43, 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/reben/v58n1/a07.pdf> >

RIBEIRO, I.M.; RIBEIRO, A.S.; PRATESI, R.; GANDOLF, L. Prevalência das várias formas de violência entre escolares. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 28, n. 1, p. 54-9, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0194201500010>

RISTUM, M. A Violência Doméstica Contra Crianças e as Implicações da Escola. **Temas em Psicologia**, vol.18, nº1, Bahia, 2010, 231-242. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v18n1/v18n1a19.pdf>

RISTUM, M. As marcas da violência doméstica e a identificação por professor do ensino fundamental. **Revista Brasileira de Psicologia**, v. 1, n. 1, p. 3-12, 2014. Disponível em: <<http://revpsi.org/wp-content/uploads/2014/01/ristum2014>>

SANTOS, A.C.; SANTOS, M. L. M.; NASCIMENTO, D. D. G. Violência Intrafamiliar: caminhos para o enfrentamento na saúde pública. **Saúde em Redes**, 1 (2): 2015, 21-30.DOI: <http://dx.doi.org/10.18310/2F2446-4813.2015v1n2p21-30>

SILVA, M. R. P. Os Efeitos da Violência Intrafamiliar Sobre as Relações Interpessoais em Sala de Aula. **Estação Científica**, v. 4, n. 1, p. 79-95, jan-jun.2014. Disponível em : <https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/1468/mariav4n1.pdf>

SILVA, C. R.; SILVESTRINI, M. S. A interação durante as provas operatórias: considerações para a avaliação infantil. **Terapia Ocupacional**, v. 26, n.3, 399-408, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v26i3p399-408>

SILVEIRA, J. M.; PEREIRA, J. A. Violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes: possibilidades de atuação das instituições escolares. **Revista InterAtividade**, v.5, n.2, p. 106-124, 2017.

TRINCA, W. **Procedimento de Desenhos – Estórias: formas derivadas, desenvolvimentos e expansões**. 1 edição, São Paulo, Vetor, 2013.

ZAMBON, M. P.; JACINTO, A. C. A.; MEDEIROS, M. M.; GUGLIELMINETTI, R.; MARMO, D. B. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: um desafio. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 58, n. 4, p.465-471, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-42302012000400018>

ZAVASCHI, M. L. S. COSTA, F. BRUNSTEIN, C. O Bebê e os Pais. EIZIRIK, C.L. KAPCZINSK, F. BASSOLS, A.M.S (Orgs.). O Ciclo da Vida Humana: uma perspectiva psicodinâmica. cap. 3 **ArtMed**. 2012.

WALLON, Henri. **Origens do pensamento da criança**. Editora Manole, 1989.

WANG, Y.; XUE, H.; CHEN, Q. Effects of family cohesion and adaptability on behavior al problems in preschool children. **Chin J. Contemp. Pediatr.**, v.18, n. 5, p.421-425, 2016. DOI: 10.7499/j.issn.1008-8830.2016.05.009

WAISELFISZ, J. J. Mapa da Violência 2012: crianças e adolescentes do Brasil. 2012. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_Criancas_e_Adolescentes.pdf>

WINNICOTT DW. Os bebês e suas mães. Coleção Textos de Psicologia. São Paulo: Martins Fontes; 2012.

ANEXOS

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A Interação Familiar e o Reflexo no Aprendizado da Criança: um olhar integrado do contexto escolar

Pesquisador: Jeferson de Souza Sá

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 67701117.8.0000.5539

Instituição Proponente: Centro Universitário de Maringá - CESUMAR

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.067.665

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um estudo descritivo exploratório, com abordagem qualitativa. Para compreender como a violência intrafamiliar influencia no aprendizado da crianças, serão utilizadas técnicas de entrevista semiestruturada com os pais e os professores e testes psicológicos, aplicação de atividades pedagógicas, com as crianças participantes.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Avaliar a influência da violência intrafamiliar no aprendizado da criança no contexto escolar.

Objetivo Secundário:

Identificar no discurso do professor a sua percepção do desenvolvimento psicopedagógico da criança vítima de violência intrafamiliar. Avaliar o desenvolvimento psicológico e cognitivo da criança vítima de violência intrafamiliar no contexto escolar. Conhecer a dinâmica das relações familiares de crianças vítimas de violência intrafamiliar.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

O presente estudo não apresenta riscos.

Benefícios:

Endereço: Avenida Guedner, 1610 - Bloco 11 - 5º piso

Bairro: Jardim Aclimação

CEP: 87.050-390

UF: PR

Município: MARINGÁ

Telefone: (44)3027-6360

E-mail: cep@unicesumar.edu.br

Continuação do Parecer: 2.067.665

Diante desta problemática, o estudo sobre a violência intrafamiliar em crianças auxiliará na identificação, na análise e na criação de estratégias capazes de auxiliar a criança e sua família sobre a promoção da saúde, relações familiares e desenvolvimento infantil no contexto escolar.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Identificar as consequências da violência infantil para o desenvolvimento psicológico e cognitivo auxiliará no aprimoramento das políticas públicas, das ações de promoção da saúde, da qualidade dos serviços de atendimento às crianças e adolescentes, além de diminuir os impactos no processo de ensino e aprendizado. Este estudo ainda pretende gerar novas discussões sobre este tema, conscientizando a sociedade sobre a importância do combate à violência infanto-juvenil.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os autores apresentaram todos os termos obrigatórios de acordo com a legislação vigente.

Recomendações:

Sem recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

parecer favorável pela aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto aprovado

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_895417.pdf	04/05/2017 09:55:34		Aceito
Outros	Oficio_encaminhamento_CEP.pdf	04/05/2017 09:50:07	Jeferson de Souza Sá	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_assentimento.pdf	04/05/2017 09:20:08	Jeferson de Souza Sá	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_professor.pdf	04/05/2017 09:19:38	Jeferson de Souza Sá	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_pais.pdf	04/05/2017 09:19:26	Jeferson de Souza Sá	Aceito

Endereço: Avenida Guedner, 1610 - Bloco 11 - 5º piso

Bairro: Jardim Aclimação

CEP: 87.050-390

UF: PR

Município: MARINGÁ

Telefone: (44)3027-6360

E-mail: cep@unicesumar.edu.br

Continuação do Parecer: 2.067.665

Outros	Entrevista_com_os_pais.docx	27/04/2017 12:10:51	Jeferson de Souza Sá	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_completo.pdf	27/04/2017 12:08:33	Jeferson de Souza Sá	Aceito
Outros	Entrevista_Semi_Estruturada_Professor es.pdf	27/04/2017 11:39:42	Jeferson de Souza Sá	Aceito
Outros	Desenhos_de_familias_com_estorias.pdf	27/04/2017 11:36:16	Jeferson de Souza Sá	Aceito
Outros	Kit_de_provas_Piagetianas.jpg	27/04/2017 11:21:27	Jeferson de Souza Sá	Aceito
Cronograma	Cronograma_da_Pesquisa.pdf	26/04/2017 17:44:20	Jeferson de Souza Sá	Aceito
Outros	IFVD.pdf	26/04/2017 17:35:11	Jeferson de Souza Sá	Aceito
Outros	Entrevista_Familiar_Estruturada.pdf	26/04/2017 17:27:48	Jeferson de Souza Sá	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	26/04/2017 16:21:46	Jeferson de Souza Sá	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_de_Instituicao.pdf	17/04/2017 09:40:23	Jeferson de Souza Sá	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MARINGÁ, 17 de Maio de 2017

Assinado por:
Nilce Marzolla Ideriha
(Coordenador)

Endereço: Avenida Guedner, 1610 - Bloco 11 - 5º piso

Bairro: Jardim Aclimação

CEP: 87.050-390

UF: PR

Município: MARINGÁ

Telefone: (44)3027-6360

E-mail: cep@unicesumar.edu.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO PARTICIPANTE

A Interação Familiar e o Reflexo no Aprendizado da Criança: um olhar integrado do contexto escolar.

Declaro que fui satisfatoriamente esclarecido pelo(s) pesquisador(es) Andrea Grano Marques e Jeferson de Souza Sá, em relação a participação do meu(minha) filho(a), no projeto de pesquisa intitulado “A Interação Familiar e o Reflexo no Aprendizado da Criança: um olhar integrado do contexto escolar”, cujo objetivo é compreender como a interação familiar influencia no aprendizado da criança. Os dados serão coletados em 3 etapas: entrevistas com pais e professores, avaliação psicológica e avaliação cognitiva com a criança. Serão utilizados os seguintes instrumentos: Entrevista Familiar Estruturada , Desenhos de Famílias com Estórias, o Inventário de Frases no Diagnóstico de Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes e o Kit de Provas Piagetianas. As entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas para análise dos dados. Está pesquisa não traz riscos aos participantes, bem como à instituição. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você e a outra cópia ficará com o pesquisador. Estou ciente e autorizo a realização dos procedimentos acima citados e a utilização dos dados originados destes procedimentos para fins didáticos e de divulgação em revistas científicas brasileiras ou estrangeiras contanto que seja mantido em sigilo informações relacionadas à privacidade do meu filho(a) bem como garantido meu direito de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento de dúvidas acerca dos procedimentos, riscos e benefícios relacionados à pesquisa, além de que se cumpra a legislação em caso de dano. Caso haja algum efeito inesperado que possa prejudicar o estado de saúde físico e/ou mental do meu(minha) filho(a), poderei entrar em contato com o pesquisador responsável e/ou com demais pesquisadores. É possível retirar o meu consentimento a qualquer hora e deixar de participar do estudo sem que isso traga qualquer prejuízo à minha pessoa. Desta forma, concordo voluntariamente e dou meu consentimento, sem ter sido submetido a qualquer tipo de pressão ou coação.

Eu, _____, (responsável pelo menor), após ter lido e entendido as informações e esclarecido todas as minhas dúvidas referentes a este estudo com o pesquisador _____, CONCORDO VOLUNTARIAMENTE, que o(a) meu(minha) filho(a) _____ participe do mesmo.

_____ Data: _____
Assinatura

Continuação do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE)

Eu, _____ declaro que forneci todas as informações referentes ao estudo ao sujeito da pesquisa.

_____ Data: _____
Assinatura do Pesquisador
Jeferson de Souza Sá
RA: 1606722-8

Para maiores esclarecimentos, entrar em contato com os pesquisadores nos endereços abaixo relacionados:

Nome: Andrea Grano Marques
Endereço: Avenida Guedner, 136
Bairro: Jardim Aclimação
Cidade: Maringá UF: PR
Fones: 44-3027-6360 e-mail: andrea.grano@unicesumar.edu.br

Nome: Jeferson de Souza Sá
Endereço: Avenida Guedner, 136
Bairro: Jardim Aclimação
Cidade: Maringá UF: PR
Fones: 44-3027-6360 e-mail: jefersonsouzasa@gmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO PROFESSOR

A Interação Familiar e o Reflexo no Aprendizado da Criança: um olhar integrado do contexto escolar.

Declaro que fui satisfatoriamente esclarecido pelo(s) pesquisador(es) Andrea Grano Marques e Jeferson de Souza Sá, em relação a minha participação no projeto de pesquisa intitulado “A Interação Familiar e o Reflexo no Aprendizado da Criança: um olhar integrado do contexto escolar”, cujo objetivo é compreender como a interação familiar influencia no aprendizado da criança. Os dados serão coletados em 3 etapas: entrevistas com pais e professores, avaliação psicológica e avaliação cognitiva com a criança. Serão utilizados os seguintes instrumentos: Entrevista Familiar Estruturada, Desenhos de Famílias com Estórias, o Inventário de Frases no Diagnóstico de Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes e o Kit de Provas Piagetianas. As entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas para análise dos dados. Esta pesquisa não traz riscos aos participantes, bem como à instituição. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você e a outra cópia ficará com o pesquisador. Estou ciente e autorizo a realização dos procedimentos acima citados e a utilização dos dados originados destes procedimentos para fins didáticos e de divulgação em revistas científicas brasileiras ou estrangeiras contanto que seja mantido em sigilo informações relacionadas à privacidade do meu filho(a) bem como garantido meu direito de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento de dúvidas acerca dos procedimentos, riscos e benefícios relacionados à pesquisa, além de que se cumpra a legislação em caso de dano. Caso haja algum efeito inesperado que possa prejudicar o estado de saúde físico e/ou mental do meu(minha) filho(a), poderei entrar em contato com o pesquisador responsável e/ou com demais pesquisadores. É possível retirar o meu consentimento a qualquer hora e deixar de participar do estudo sem que isso traga qualquer prejuízo à minha pessoa. Desta forma, concordo voluntariamente e dou meu consentimento, sem ter sido submetido a qualquer tipo de pressão ou coação.

Eu, _____, após ter lido e entendido as informações e esclarecido todas as minhas dúvidas referentes a este estudo com o pesquisador _____, **CONCORDO VOLUNTARIAMENTE** participar da pesquisa.

_____ Data: _____
Assinatura

Eu, _____ declaro que forneci todas as
informações referentes ao estudo ao sujeito da pesquisa.

_____ Data: _____

Assinatura do Pesquisador

Jeferson de Souza Sá

RA: 1606722-8

Para maiores esclarecimentos, entrar em contato com os pesquisadores nos endereços
abaixo relacionados:

Nome: Andrea Grano Marques
Endereço: Avenida Guedner, 136
Bairro: Jardim Aclimação
Cidade: Maringá UF: PR
Fones: 44-3027-6360 e-mail: andrea.grano@unicesumar.edu.br

Nome: Jeferson de Souza Sá
Endereço: Avenida Guedner, 136
Bairro: Jardim Aclimação
Cidade: Maringá UF: PR
Fones: 44-3027-6360 e-mail: jefersonsouzasa@gmail.com

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PAIS

1 IDENTIFICAÇÃO

Nome da criança (só iniciais): _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Idade: _____

Naturalidade: _____

Escolaridade: _____

b) Nome do Pai (só iniciais): _____

Profissão: _____

Idade: _____

Escolaridade: _____

c) Nome da Mãe (só iniciais): _____

Profissão: _____

Idade: _____

Escolaridade: _____

d) Irmãos: _____

Nome (só iniciais): _____

Idade: _____

Escolaridade: _____

Geneograma: _____

2 MOTIVO DA CONSULTA (NÃO PARA O ESTÁGIO DO 2º ANO)

a. Recordar o motivo da consulta com dados minuciosos de início, desenvolvimento, agravação

ou melhora do sintoma:

b. Idade em que foi constatado o problema:

c. Providências tomadas na ocasião:

d. Descrever situações em que se manifesta o problema:

3 HISTÓRIA DA CRIANÇA

a. **Concepção:** saber a resposta emocional, especialmente da mãe, ao anúncio da gravidez (planejada, acidental, aceitação).

b. Gestação:

Evolução dos sentimentos (aceitação, ilusões):

Enfermidades da mãe: hemorragias, ameaça de aborto, vômitos, rubéola, intoxicação, exposição a Raio-X duração da gestação:

Fez acompanhamento pré-natal?

c. Parto:

Natural, induzido, com anestesia:

Relacionamento com o médico:

Data do desmame e como ocorreu. Reação dos pais e da criança:

De que forma costumava acalmá-lo quando chorava e como reagia quando pretendia alimentá-lo e ele recusava?

Como foi a relação da mãe com o bebê?

Como você se sentiu ao tornar-se mãe?

Quantas horas após o parto viu seu filho e o colocava ao seio?

Ritmo da alimentação, frequência entre mamadas, quanto tempo sucionava cada seio?

Quantas horas após o nascimento e as condições do mamilo?

Prendeu-se bem ao peito?

Reflexo de sucção:

d. Lactação:

Estava acompanhada ou sozinha?

Conhecimento sobre o processo:

e. Mamadeira:

De que forma dava a mamadeira?

Contato íntimo ou delatado no berge?

O furo do bico era pequeno ou grande e quanto tempo a criança demorava para alimentar-se?

Como o bebê aceitou a mudança do peito à mamadeira? Do leite a outros alimentos, de líquidos a sólidos?

No caso de recusa pela criança, como foi conduzida a situação (com paciência ou irritação)?

Como é a alimentação atual da criança? Preferências. Tem apetite?

f. Locomoção:

Quando começou a sentir necessidade de movimentar-se por conta própria?

Qual foi a reação da mãe/do pai?

Em que idade sentou e engatinhou?

Em que idade caminhou? Usou andador? Como foi?

Havia tendência a cair ao começar a caminhar?

_____ De que forma se realizou? _____

i. Controle dos esfíncteres:

_____ Quando começou a retirar as fraldas? _____

_____ Dorme no próprio quarto ou com os pais? _____

_____ Usava chupeta para propiciar o sono? _____

_____ Como os pais se sentiam frente a isto? _____

_____ Quando não conseguia dormir (havendo transtornos) qual era ou é a conduta com a criança? _____

_____ Como é agora? Quais as características? _____

_____ Como era? _____

h. Sono:

_____ Foi acompanhada de transtornos? _____

_____ Quando ocorreu o nascimento dos dentes? _____

g. Dentição:

_____ Costumava bater-se? _____

_____ Qual era a reação da criança quando isto acontecia? _____

Qual a atitude da mãe frente à sujeira? E à limpeza?

j. Linguagem:

Em que idade começou a desenvolver-se?

Houve alguma dificuldade na fala? Que tipo?

k. Enfermidades:

Que enfermidades, operações ou traumas sofreu?

Qual foi a reação emocional dos pais?

Datas e circunstâncias da vida familiar que acompanharam estes acontecimentos?

Houve complicações nas enfermidades?

l. Sexualidade do filho:

Atitude dos pais frente ao interesse sexual dos filhos:

A criança mostra interesse pela sexualidade? De que forma?

m. Histórico Escolar:

Quais os jogos e brincadeiras preferidas do filho?

Como é o desempenho escolar e a organização do material?

Idade em que o enviaram à pré-escola, quais foram os motivos?

Como foi sua adaptação à vida escolar? Houve resistência para o ingresso? _____

Idade em que ingressou no ensino fundamental? _____

Havia dificuldade ou facilidade na aprendizagem da leitura? _____

E da escrita e matemática? _____

Sentia prazer (ou rejeição) em aprender? _____

Em quais disciplinas tem maior facilidade e em quais tem maior dificuldade? _____

Demonstra ansiedade ou preocupação exagerada para cumprir com seus deveres? _____

Como é o relacionamento com amigos? _____

Qual é o interesse de estar na escola? Oferece resistência? Qual é a justificativa? _____

Aceita ordens e regras da rotina acadêmica? _____

Apresenta indisciplina e dificuldade de relacionamento na escola? _____

Quanto às atividades acadêmicas, necessita de ajuda, assistência ou é independente? _____

Já teve histórico de reprovação escolar? Quais as razões? E as consequências? _____

Sociabilidade deles e de seus filhos. _____

Condições gerais de vida: _____

Os pais estão vivos ou não? Profissão ou trabalho que realizam. Horas que estão fora de casa.

Relacionamento com pais e irmãos. _____

Localização dentro da constelação familiar. _____

o. Relações familiares:

Reconstrução dos domingos, dias de festa e aniversário: _____

Qual a atitude dos pais frente ao atraso ou à precocidade na sua aprendizagem? _____

Sabe se vestir sozinho? Desde quando? Quem o veste e por quê? _____

Quem o desperta e a que horas? _____

Reconstrução de um dia de vida da criança: _____

n. Dia de vida:

p. Disciplina:

Idade em que começaram as exigências: _____

Quais eram e são as formas de castigo e prêmio? _____

Fontes de gozo e reações frente às proibições: _____

Maringá, _____ de _____ de 2016.

NOME E ASSINATURA DO ALUNO QUE ENTREVISTOU:

Perguntas Norteadoras Entrevista com os Professores

1. Como é o comportamento da criança na escola? (sala de aula, intervalo)
2. Em relação a aprendizagem, como está o desenvolvimento pedagógico da criança? Consegue assimilar os conteúdos propostos para série em que está matriculado? Quais conteúdos (disciplinas) têm maior facilidade e dificuldade em assimilar os conteúdos?
3. Como é o relacionamento da criança com o professor? Como é o relacionamento da criança com os outros alunos da turma?
4. O aluno faz as tarefas de casa?
5. Qual a frequência do aluno nas aulas?
6. Você considera que a criança sofre violência intrafamiliar? Como você identifica este caso no contexto escolar?